



IMPIC

Instituto dos Mercados Públicos
do Imobiliário e da Construção

EMPRESAS DO SECTOR DA CONSTRUÇÃO

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

- Exercício de 2018 -

Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia

FICHA TÉCNICA

Título: Empresas do Sector da Construção – Análise Económico-Financeira – Exercício de 2018

Edição:

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia

Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Av. Júlio Dinis, 11 - 1069-010 Lisboa

Telefone: 21 794 67 00 | Fax: 21 794 67 90 | Página da Internet: <http://www.impic.pt> | Correio Eletrónico: geral@impic.pt

Agosto 2020

ÍNDICE

1.	ESTRUTURA DO TECIDO EMPRESARIAL PORTUGUÊS.....	6
1.1.	PANORAMA GERAL	6
1.2.	SETOR DA CONSTRUÇÃO	7
1.2.1.	PORTUGAL NO CONTEXTO DO SETOR DE CONSTRUÇÃO NO MUNDO	8
1.2.2.	PORTUGAL NO CONTEXTO DO SETOR DE CONSTRUÇÃO NA EUROPA	9
2.	ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	10
2.1.	EMPRESAS COM TÍTULOS HABILITANTES	10
2.1.1.	CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA	13
2.2.	DIMENSÃO DAS EMPRESAS	15
2.3.	EMPREGABILIDADE DAS EMPRESAS	17
2.4.	REQUISITOS LEGAIS	18
2.4.1.	CAPITAL PRÓPRIO	18
2.4.2.	LIQUIDEZ GERAL.....	19
2.4.3.	AUTONOMIA FINANCEIRA	23
2.5.	OUTROS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	27
2.5.1.	INDICADORES FINANCEIROS	27
2.5.2.	INDICADORES ECONÓMICOS	30
3.	AS 20 MAIORES EMPRESAS EM PORTUGAL COM ATIVIDADE NO SECTOR DA CONSTRUÇÃO	36
4.	COMPARAÇÃO COM OS INDICADORES DE OUTROS PAÍSES EUROPEUS.....	39
SÍNTESE	42

Quadros

Quadro 1 – Caracterização das empresas por dimensão.....	6
Quadro 2 – Estrutura do tecido empresarial português.....	6
Quadro 3 – O Setor da Construção dentro do tecido empresarial português.....	7
Quadro 4 – Países europeus por Volume de Vendas das suas empresas no TOP 100.....	9
Quadro 5 – Classes de Alvará e limites.....	10
Quadro 6 – Evolução das empresas com títulos habilitantes.....	10
Quadro 7 – N.º de empresas com títulos habilitantes.....	11
Quadro 8 – N.º de empresas com alvarás de construção.....	12
Quadro 9 – Distribuição das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão.....	14
Quadro 10 – Distribuição das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão.....	15
Quadro 11 – Distribuição das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão.....	16
Quadro 12 – Distribuição das empresas por dimensão e título habilitante de obras públicas.....	16
Quadro 13 – Distribuição das empresas por dimensão e título habilitante de obras particulares.....	17
Quadro 14 – Média de trabalhadores, por dimensão da empresa e título habilitante.....	17
Quadro 15 – Valores mínimos de Capital Próprio e taxa de incumprimento.....	19
Quadro 16 – Incumprimento do valor de Capital Próprio por tipo de alvará.....	19
Quadro 17 – Liquidez Geral das empresas da amostra.....	20
Quadro 18 – Liquidez Geral por Regiões (NUTS II).....	20
Quadro 19 – Liquidez Geral das empresas com habilitação em obras públicas.....	20
Quadro 20 – Liquidez Geral das empresas com habilitação em obras particulares.....	21
Quadro 21 – Liquidez Geral das empresas, por título habilitante.....	22
Quadro 22 – Incumprimento do rácio de Liquidez Geral.....	22
Quadro 23 – Autonomia Financeira por Classes.....	23
Quadro 24 – Autonomia Financeira por Regiões (NUTS II).....	24
Quadro 25 – Autonomia Financeira das empresas com habilitação em obras públicas.....	24
Quadro 26 – Autonomia Financeira das empresas com habilitação em obras particulares.....	24
Quadro 27 – Autonomia Financeira das empresas, por título habilitante.....	26
Quadro 28 – Incumprimento do rácio de Autonomia Financeira.....	26
Quadro 29 – Indicadores Financeiros.....	28
Quadro 30 – Indicadores Financeiros, por Regiões (NUTS II).....	30
Quadro 31 – Indicadores Económicos.....	32
Quadro 32 – Número de empresas com Resultado Líquido negativo, por título habilitante.....	33
Quadro 33 – Número de empresas por escalões de Resultado Líquido.....	33
Quadro 34 – Indicadores Económicos, por Regiões (NUTS II).....	35
Quadro 35 – TOP 20 em Volume de Negócios.....	36
Quadro 36 – Indicadores Financeiros das TOP 20.....	38
Quadro 37 – Indicadores Económicos das TOP 20.....	38
Quadro 38 – Representatividade da amostra por país.....	39
Quadro 39 – Valores medianos dos indicadores económico-financeiros de alguns países europeus.....	40

Gráficos

Gráfico 1 – Empresas com título habilitante válido mas sem atividade.....	12
Gráfico 2 – Distribuição geográfica.....	13
Gráfico 3 – Constituição da amostra.....	13
Gráfico 4 – Peso relativo das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão.....	15
Gráfico 5 – Liquidez Geral (mediana) por título habilitante.....	21
Gráfico 6 – Autonomia Financeira (mediana) por título habilitante.....	25
Gráfico 7 – Indicadores Financeiros.....	28
Gráfico 8 – Indicadores Económicos.....	32
Gráfico 9 – Peso do TOP 20 em termos de Volume de Negócios.....	37
Gráfico 10 – Comparativo dos indicadores económico-financeiros de alguns países europeus.....	40

INTRODUÇÃO

Na continuidade dos reportes dos anos anteriores, embora revisto no sentido de se tornar mais legível, o presente relatório apresenta os dados económico-financeiros disponíveis relativos às empresas (sociedades e empresários em nome individual com contabilidade organizada) detentoras de alvará de construção, relativamente ao exercício de 2018, nele se destacando os seguintes aspetos:

- Análise do tecido empresarial português;
 - Análise do setor da construção português e comparação com os dados mundiais e europeus;
 - Análise da situação económico-financeira das empresas, através dos seguintes indicadores:
 - *Capital Próprio;*
 - *Liquidez Geral;*
 - *Autonomia Financeira;*
 - *Liquidez Reduzida;*
 - *Cobertura do Ativo Não Corrente;*
 - *Solvabilidade;*
 - *Endividamento;*
 - *Estrutura de Endividamento;*
 - *Resultado Líquido do Exercício;*
 - *Rentabilidade do Capital Próprio;*
 - *Rentabilidade do Ativo;*
 - *Volume de Negócios;*
 - *Rotação do Ativo;*
 - *Rentabilidade das Vendas;*
 - *Margem EBITDA.*
 - Para cada um dos 3 primeiros indicadores – os legalmente exigidos – será apresentada uma análise mais pormenorizada, tendo em consideração os diferentes títulos habilitantes, o tipo de obra a que dizem respeito, a região NUTS II e os valores mínimos definidos pela Lei;
 - Para os restantes indicadores será realizada uma análise de enquadramento conjunta, por tipo de obra e por região NUTS II;
 - Para todos os casos será apresentada a análise de tendência dos valores, pelo menos nos últimos 3 anos.
- Destaque das 20 maiores empresas do sector da construção, tendo em consideração o indicador Volume de Negócios, comparando-as com os resultados globais;
- Comparação dos indicadores do sector da construção em Portugal com outros países europeus.

1. ESTRUTURA DO TECIDO EMPRESARIAL PORTUGUÊS

1.1. PANORAMA GERAL

De acordo com o artigo n.º 2 do Anexo do Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, a dimensão das empresas é caracterizada da seguinte forma:

Quadro 1 – Caracterização das empresas por dimensão

Dimensão	N.º de Efetivos	Volume de Negócios
<i>Grande</i>	≥ 250	> 50 M€
<i>Média</i>	< 250	≤ 50 M€
<i>Pequena</i>	< 50	≤ 10 M€
<i>Micro</i>	< 10	≤ 2 M€

Segundo os últimos dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística (INE), a estrutura do tecido empresarial português, do universo das empresas não financeiras, segue a distribuição representada no quadro seguinte.

Quadro 2 – Estrutura do tecido empresarial português

Dimensão	2017		2018		Var. 2018/2017	
	Nº de empresas	%	Nº de empresas	%	Nº de empresas	%
Grandes Empresas	1 144	0,09%	1 199	0,09%	55	4,81%
Médias Empresas	6 504	0,52%	6 844	0,54%	340	5,23%
Pequenas Empresas	40 284	3,24%	42 290	3,31%	2 006	4,98%
Micro Empresas	1 194 761	96,14%	1 227 831	96,06%	33 070	2,77%
Total	1 242 693	100,00%	1 278 164	100,00%	35 471	2,85%

Fonte: INE

Conforme se pode verificar, a grande maioria das empresas são microempresas, as quais representam mais de 96% do total do tecido empresarial, sendo o conjunto de micro, pequenas e médias empresas representativo de 99,91% das empresas portuguesas.

1.2. SETOR DA CONSTRUÇÃO

Tendo em conta o panorama geral e os dados disponibilizados pelo INE relativamente aos diversos setores da economia, apresenta-se de seguida uma análise comparativa e evolutiva do setor da construção na última década (2009 – 2018).

Quadro 3 – O Setor da Construção dentro do tecido empresarial português

Número total de empresas em Portugal										
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Tendência
1 199 843	1 145 390	1 113 559	1 065 173	1 098 409	1 128 258	1 163 082	1 196 102	1 242 693	1 278 164	
Número de empresas do sector da construção e peso relativo										
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Tendência
116 686	105 463	97 980	87 592	81 335	77 844	77 906	78 866	81 629	85 311	
9,73%	9,21%	8,80%	8,22%	7,40%	6,90%	6,70%	6,59%	6,57%	6,67%	
Pessoal ao serviço das empresas em Portugal										
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Tendência
3 834 544	3 732 512	3 631 747	3 405 269	3 377 598	3 449 428	3 578 913	3 704 740	3 892 218	4 060 451	
Pessoal ao serviço das empresas do sector da construção e peso relativo										
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Tendência
487 348	444 669	403 575	340 913	307 907	294 458	297 344	301 862	312 914	328 053	
12,71%	11,91%	11,11%	10,01%	9,12%	8,54%	8,31%	8,15%	8,04%	8,08%	
Solvabilidade das empresas em Portugal										
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Tendência
46%	51%	49%	47%	49%	47%	50%	52%	53%	57%	
Solvabilidade das empresas do sector da construção e diferença para o valor nacional										
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Tendência
25%	28%	27%	26%	28%	30%	32%	35%	40%	44%	
-21,00%	-23,00%	-22,00%	-21,00%	-21,00%	-17,00%	-18,00%	-17,00%	-13,00%	-13,00%	
Volume de Negócios das empresas em Portugal										
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Tendência
334 344 857	349 491 043	341 442 776	320 136 230	317 715 145	323 008 554	331 601 856	340 479 969	371 477 802	396 679 491	
Volume de Negócios das empresas do sector da construção e peso relativo										
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Tendência
34 719 806	34 863 222	29 121 915	22 043 171	19 495 745	18 134 433	17 953 277	17 490 657	19 413 581	21 212 518	
10,38%	9,98%	8,53%	6,89%	6,14%	5,61%	5,41%	5,14%	5,23%	5,35%	
VAB das empresas em Portugal										
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Tendência
84 226 853	84 955 936	79 339 132	73 125 519	73 111 437	76 130 692	80 547 613	85 410 310	92 690 116	98 652 564	
VAB das empresas do sector da construção e peso relativo										
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Tendência
9 675 697	8 806 324	7 489 758	6 019 164	5 508 212	5 336 992	5 402 865	5 365 771	5 951 444	6 708 162	
11,49%	10,37%	9,44%	8,23%	7,53%	7,01%	6,71%	6,28%	6,42%	6,80%	

Fonte: INE

De uma forma geral, os valores apresentados para Portugal refletem os efeitos esperados da crise económica que assolou o país no período em análise, verificando-se uma recuperação de todos os indicadores nos últimos anos.

Já no que respeita ao setor da construção, a recuperação é muito mais tímida, verificando-se essencialmente nos valores absolutos e continuando a perder nos valores relativos, sinónimo da

redução da importância económica do setor em Portugal. De facto, o ajustamento económico por que passou o país nos últimos anos penalizou fortemente o setor, apresentando este uma recuperação ainda marginal e muito longe dos valores de há uma década.

1.2.1. PORTUGAL NO CONTEXTO DO SETOR DE CONSTRUÇÃO NO MUNDO

Segundo o estudo “GPoC 2018 – Global Powers of Construction” elaborado pela Deloitte, somente o grupo MOTA-ENGIL SGPS S.A. consta do ranking das 100 maiores empresas de construção do mundo em 2018, em termos de *Volume de Negócios*, ocupando a 74.ª, numa tabela que é liderada, nos primeiros 4 lugares, por empresas chinesas e em que aparece no 5.º lugar a francesa Vinci (51.378 M€) e, no 7.º, a espanhola ACS (43.279 M€).

A empresa portuguesa que, segundo os dados do referido estudo apresentou 3.327 M€ de *Volume de Negócios*, aumentou as suas vendas em 14% relativamente ao ano anterior.

As companhias chinesas ocupam 10 lugares no TOP 100 e, mesmo que não sejam do país mais representado – o Japão tem 15 empresas representantes e os Estados Unidos da América e o Reino Unido têm 12 - em conjunto, atingem 41% (570.690 M€) de todas as vendas do TOP 100 (1.393.173 M€). Contudo, este domínio em termos de *Volume de Negócios* deve-se sobretudo ao benefício de exploração do enorme mercado interno da China que, obviamente, é absorvido pelas empresas estatais do país.

Se utilizarmos o montante da atividade além-fronteiras como fator de ordenação, a espanhola ACS, seguida da francesa Vinci, com 86% e 43% do seu *Volume de Negócios* a ser gerado fora do seu território, lideram a tabela.

De resto, a nível internacional, o TOP 100 em termos de *Volume de Negócios* tem representantes de 30 países, com Portugal a ocupar o 23.º lugar, apresentando um crescimento homólogo do indicador em apreço de 14%, superior ao valor médio das 100 empresas (10%).

1.2.2. PORTUGAL NO CONTEXTO DO SETOR DE CONSTRUÇÃO NA EUROPA

Dos 30 países representados no TOP 100 de 2018, 16 são europeus, com 44 empresas representadas. Portugal ocupa o 14.º lugar a nível europeu, baixando três posições em relação a 2017. É a posição mais baixa nos últimos anos. As primeiras 8 posições mantêm-se inalteradas desde 2015.

Quadro 4 – Países europeus por Volume de Vendas das suas empresas no TOP 100

Posição	2014	2015	2016	2017	2018
1	França	França	França	França	França
2	Espanha	Espanha	Espanha	Espanha	Espanha
3	Reino Unido				
4	Suécia	Suécia	Suécia	Suécia	Suécia
5	Áustria	Áustria	Áustria	Áustria	Áustria
6	Holanda	Holanda	Holanda	Holanda	Holanda
7	Alemanha	Itália	Itália	Itália	Itália
8	Itália	Turquia	Turquia	Turquia	Grécia
9	Turquia	Portugal	Grécia	Finlândia	Turquia
10	Portugal	Finlândia	Portugal	Grécia	Suíça
11	Finlândia	Belgica	Finlândia	Portugal	Noruega
12	Belgica	Grécia	Noruega	Suíça	Finlândia
13	Noruega	Suíça	Suíça	Noruega	Belgica
14	Suíça	Noruega	Belgica	Belgica	Portugal
15	Dinamarca	Dinamarca	Dinamarca	Alemanha	Dinamarca
16	Grécia	Alemanha	Alemanha	-	Alemanha
15	Polónia	-	-	-	-
Total	293 404 M€	300 989 M€	294 618 M€	303 411 M€	363 649 M€

Fonte: GPoC 2018 – Global Powers of Construction – Bloomberg. Deloitte analysis

Nos últimos cinco anos, Portugal tem vindo a oscilar a sua posição no ranking das maiores empresas de construção da Europa entre a 14ª posição e, em 2018, e a 9ª posição de 2015.

No mesmo período, verificou-se que as companhias europeias apresentaram um *Volume de Negócios* anual de 363.649 milhões de euros, tendo-se registado, em 2018, um aumento de 20,18% face ao ano de 2017.

As três maiores empresas europeias em termos de *Volume de Negócios*, designadamente, a Vinci (FR), a ACS (ES) e a Bouygues (FR), representam 9,81% do *Volume de Negócios* do TOP 100 do GPoC (136.632 M€ em 1.393.173 M€), com a Vinci a obter a maior capitalização bolsista entre todas as empresas, tendo aumentado o seu valor 13% em relação a 2017.

Nas 44 empresas europeias do TOP 100 de *Volume de Negócios*, a MOTA-ENGIL SGPS S.A. ocupa a 33.ª posição, tendo descido duas posições em relação a 2017.

2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018

2.1. EMPRESAS COM TÍTULOS HABILITANTES

A Portaria n.º 119/2012, de 30 de abril, corrigida pela Declaração de Retificação n.º 27/2012, publicada na 1.ª série do Diário da República, define os valores máximos, em euros, das obras permitidas por cada uma das classes de alvará, quer de obras públicas, quer de obras particulares, da seguinte forma:

Quadro 5 – Classes de Alvará e limites

Classes de habilitações	Valores máximos das obras permitidas (€)
1	Até 166.000
2	Até 332.000
3	Até 664.000
4	Até 1.328.000
5	Até 2.656.000
6	Até 5.312.000
7	Até 10.624.000
8	Até 16.600.000
9	Acima de 16.600.000

A Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, estabelece ainda os limites dos certificados de empreiteiro de obras públicas e de obras particulares, nos n.ºs 2 dos artigos 7.º e 25.º, em 20% do limite fixado para a classe 1 de alvarás.

Em 31.12.2018 o IMPIC tinha homologados 52.004 títulos habilitantes, entre alvarás e certificados de obras públicas e de obras particulares. Para efeitos de análise da estrutura do tecido empresarial do sector da construção, foi tido em consideração o universo de 48.474 entidades com NIF português detentoras de títulos habilitantes válidos nessa data. Deste universo, foram analisadas 31.209 entidades, número correspondente àquelas que, de entre as primeiras, a Informa D&B e a ferramenta de pesquisa que disponibiliza, a SABI – Sistema de Análise de Balanços Ibéricos, devolvem algum tipo de informação.

Quadro 6 – Evolução das empresas com títulos habilitantes

Período de referência	N.º de Empresas do Setor F - construção ⁽¹⁾	N.º de Empresas com Títulos Habilitantes ⁽²⁾	Das quais, constantes no SABI/ Informa D&B
2015	77 906	45 766	-
2016	78 866	48 030	29 416
2017	79 752	47 796	30 218
2018	85 311	48 474	31 209

Tendência 

⁽¹⁾ Fonte: INE;

⁽²⁾ Fonte: IMPIC; Empresas com NIF português

O quadro anterior (dados do INE) dá-nos uma perspetiva da evolução do número de empresas com CAE do setor da construção nos últimos quatro anos e relaciona-a com o número de empresas com NIF português que possuíam pelo menos um título habilitante válido no final do ano de 2018. Nos anos em análise, o rácio entre o número de empresas registadas e o número de empresas com CAE da construção esteve entre os 57% e os 61%.

Os n.ºs 3 dos artigos 6.º e 7.º da já referida Lei n.º 41/2015 estabelecem que os títulos habilitantes de obras públicas permitem também que os empreiteiros executem obras particulares dentro dos mesmos limites, pelo que, mais do que a existência de empresas com títulos habilitantes em obras públicas e obras particulares, que pode ser observada mais adiante no Quadro 8, é curioso encontrarem-se casos de empresas que possuem não só alvará como certificado relativamente ao mesmo tipo de obra, conforme nos mostra o Quadro 7. Esta situação acontecerá, certamente, por o segundo ter sido solicitado há mais tempo, tendo a empresa se deparado com a necessidade de aumentar o título habilitante.

No conjunto das 31.209 entidades, 26.951 possuem um título habilitante de obras públicas e 5.274 de obras particulares. Concluímos também que 1.018 possuem um ou mais títulos habilitantes de obras públicas e 41, um ou mais de obras particulares. De facto, uma análise às empresas com títulos habilitantes válidos permite constatar que 29.154 possuem apenas um título habilitante, 2.020 possuem dois e 30 possuem três.

Quadro 7 – N.º de empresas com títulos habilitantes

Habilitação em Obras Públicas			
Alvará	Certificado	Alvará e Certificado	Total
15 923	12 046	1 018	26 951
Habilitação em Obras Particulares			
Alvará	Certificado	Alvará e Certificado	Total
4 397	918	41	5 274

Fonte: IMPIC

O Quadro 8 mostra que, em 31.12.2018, no conjunto das 31.209 entidades identificadas, 20.152 possuíam algum tipo de alvará. Destas, 15.923 (79,01%) tinham alvarás de obras públicas e 4.397 (21,82%), alvarás de obras particulares.

A grande maioria das empresas com alvará de obras públicas, 15.755 das 15.923, correspondendo a cerca de 98,94%, era exclusivamente detentora desse tipo de alvará. Quanto às empresas exclusivamente detentoras de alvará de obras particulares, contam-se 4.229 de um total de 4.397 empresas, correspondendo a cerca de 96,18%.

Estes valores indiciam, sem qualquer dúvida, a existência de uma especialização das empresas por tipo de obra, até porque as 168 empresas que possuem simultaneamente alvarás de construção de obras públicas e particulares correspondem a um valor residual de apenas 0,83%.

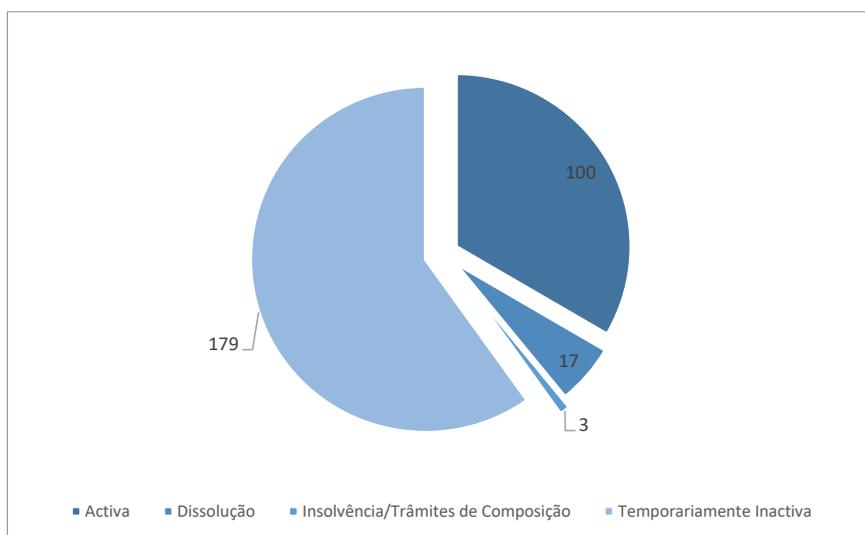
Quadro 8 – N.º de empresas com alvarás de construção

Sem outro alvará		Alvarás de Obras Públicas									Total
		Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	Classe 8	Classe 9	
		6736	4735	1555	1275	959	255	126	44	70	15755
Alvarás de Obras Particulares	Classe 1	1038	9	6							1053
	Classe 2	2836	39	45	6		4				2930
	Classe 3	159	11	10	3						183
	Classe 4	109	3	13	2		3				130
	Classe 5	66		2		4	2				74
	Classe 6	17		2			1				20
	Classe 7	3				1					4
	Classe 8					1		1			2
	Classe 9	1									1
Total		4229	6798	4813	1566	1281	969	256	126	44	70
		15923									

Fonte: IMPIC

Das 31.209 entidades identificadas na base de dados, 4.197 não apresentaram dados financeiros em 2018 e 299 apresentaram um número de empregados e um volume de vendas igual a zero, apesar de terem um título habilitante válido, de onde se conclui tratar-se de empresas que, durante o ano de 2017, não tiveram atividade. Relativamente a estas últimas, a Informa D&B, face ao histórico de resultados apresentados, classifica-as da forma apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Empresas com título habilitante válido mas sem atividade

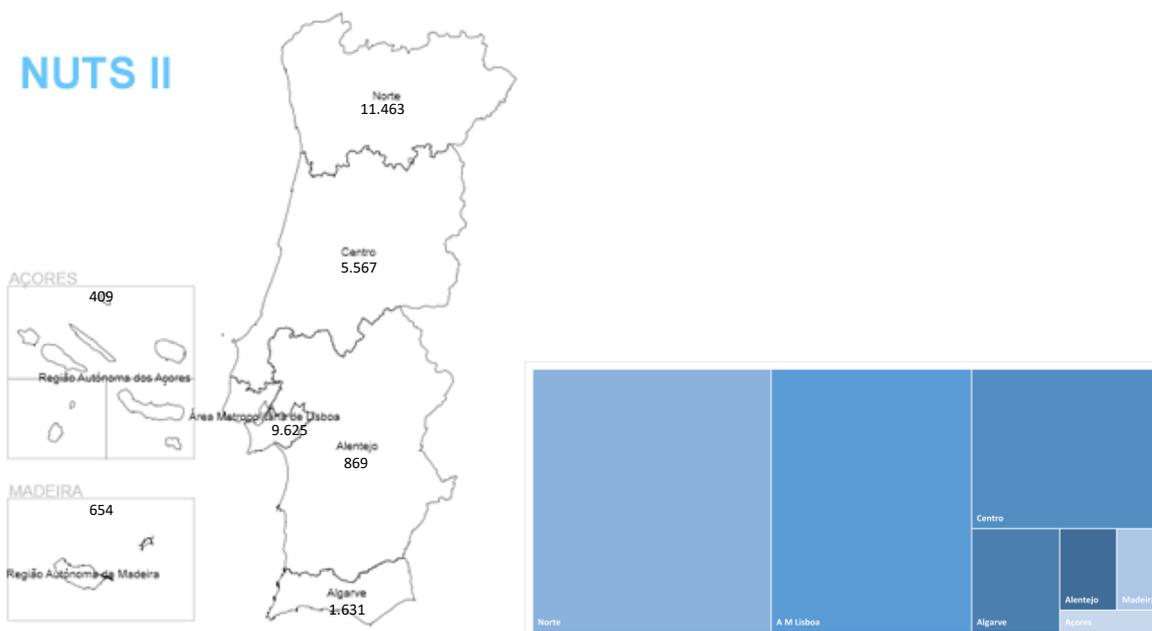


Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

As já referidas 31.209 entidades com NIF português e com algum título habilitante válido distribuem-se geograficamente da forma que é apresentada no Gráfico 2, com a região Norte a ser aquela que mais empresas possui, seguida pela Área Metropolitana de Lisboa e pela região Centro.

Noutra perspetiva, a Área Metropolitana de Lisboa é a que acolhe a maior percentagem de grandes empresas, com 53,21% do total, seguida da região Norte com 32,11% e da região Centro com 8,26%. Já as médias, pequenas e microempresas têm mais peso na região Norte, com 42,37%, 42,13% e 36,59%, respetivamente.

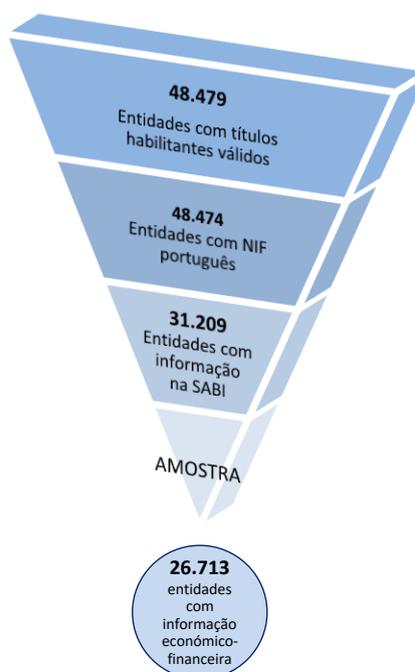
Gráfico 2 – Distribuição geográfica



2.1.1. CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA

A constituição da amostra para o presente relatório foi efetuada conforme exposto no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Constituição da amostra



Como referido anteriormente, neste relatório tomou-se em consideração o universo de 48.474 entidades com NIF português detentoras de títulos habilitantes válidos em 31.12.2018. Destas entidades, foi possível obter algum tipo de informação na Informa D&B, através da ferramenta de pesquisa SABI – Sistema de Análise de Balanços Ibéricos, relativamente a 31.209. Porém, em apenas 26.713 casos foi possível obter informação suficiente para proceder à análise económico-financeira das empresas, constituindo estes a base de trabalho para as análises efetuadas nos capítulos seguintes.

As 26.713 empresas constituintes da amostra representam 55,11% das empresas com NIF português e com títulos habilitantes válidos, o que se traduz num aumento significativo da representatividade da amostra face aos anos anteriores.

O Quadro 9 permite uma perspetiva da representatividade dos títulos habilitantes pertencentes às 26.713 empresas da amostra face ao universo de títulos habilitantes (52.004 títulos pertencentes a 48.479 entidades), incluindo aqueles que foram atribuídos a empresas com NIF estrangeiro.

Quadro 9 – Distribuição das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão

Habilitação em Obras Públicas											
	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total Alvarás	Certificado
Títulos válidos	8 327	5 264	1 625	1 302	1 003	262	130	44	74	18 031	25 178
Amostra	6 084	4 315	1 438	1 170	898	235	114	41	59	14 354	9 635
Representatividade	73,1%	82,0%	88,5%	89,9%	89,5%	89,7%	87,7%	93,2%	79,7%	79,7%	38,3%
Habilitação em Obras Particulares											
	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total Alvarás	Certificado
Títulos válidos	2 033	4 181	220	154	82	26	8	2	1	6 707	2 088
Amostra	903	2 503	173	115	63	18	4	2	1	3 782	790
Representatividade	44,4%	59,9%	78,6%	74,7%	76,8%	69,2%	50,0%	100,0%	100,0%	56,4%	37,8%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Relativamente às empresas com alvará de obras públicas, com exceção das empresas detentoras de alvará em classe máxima 1 e 9 onde se verifica a existência de um significativo número de empresários em nome individual, sem contabilidade organizada, a representatividade da amostra foi sempre superior a 80%.

Já no que diz respeito às empresas com alvará de obras particulares, precisamente por terem menor dimensão, a situação é mais marcante, característica que também explica a menor representatividade conseguida com as empresas possuidoras de certificado de empreiteiro de obras públicas e de obras particulares, ainda assim com valores superiores a 44%.

2.2. DIMENSÃO DAS EMPRESAS

Uma primeira análise aos dados destas empresas permite caracterizá-las quanto à dimensão. O Quadro 10 evidencia, a laranja, a dimensão dominante das empresas dentro de cada tipo de título habilitante. Sem surpresa, verifica-se que a dimensão das empresas é tanto maior quanto mais alto é o título habilitante.

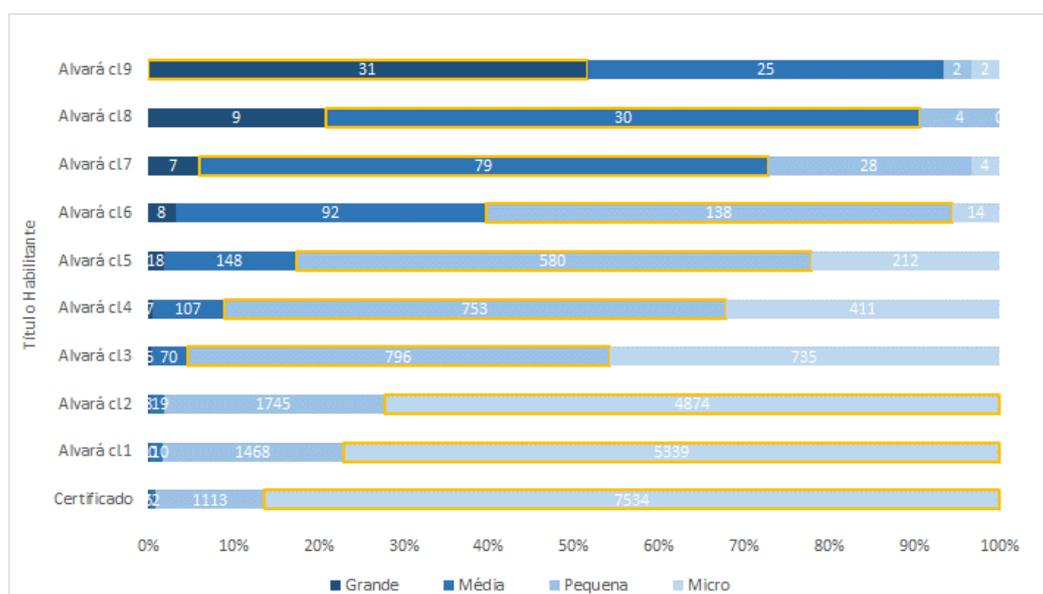
Quadro 10 – Distribuição das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão

Dimensão da Empresa	Título Habilitante									
	Certificado	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9
Grande	6	10	8	5	7	18	8	7	9	31
Média	72	110	119	70	107	148	92	79	30	25
Pequena	1113	1468	1745	796	753	580	138	28	4	2
Micro	7534	5339	4874	735	411	212	14	4	0	2

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O Gráfico 4 permite obter uma perspetiva do peso relativo de cada categoria dimensional das empresas por título habilitante.

Gráfico 4 – Peso relativo das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Neste gráfico pode verificar-se que as microempresas são dominantes nos certificados, onde representam 86,35% das empresas, tal como nas classes 1 e 2 de alvarás, onde têm um peso de, respetivamente, 77,08% e 72,25% das empresas.

Nas classes 3, 4, 5 e 6, são dominantes as pequenas empresas, representando 55,37% das empresas. Nas classes 7 e 8, a predominância são as médias empresas, com uma representação de 67,70% da totalidade das empresas.

Finalmente, na classe de habilitações mais elevada (9), 51,67% das empresas são grandes empresas.

Nota ainda para o facto de, retirando o caso das empresas com alvará de classe 3 – e mesmo nessas, por muito pouco –, a dimensão dominante é também maioritária, com valores sempre acima dos 50%.

Noutra perspetiva, destaca-se a existência, dentro das grandes empresas, de 10 detentoras de alvará de classe 1, 6 detentoras de certificado de empreiteiro e, dentro das microempresas, 2 detentoras de alvará de classe 9.

Os dados permitem também fazer uma análise da dimensão e número das empresas em função do tipo de obra para a qual têm habilitação, conforme os Quadros 11 a 13.

Quadro 11 – Distribuição das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão

Classe Máxima	Grandes Empresas	Médias Empresas	Pequenas Empresas	Micro Empresas	Total
1	10	110	1 468	5 339	6 927
2	8	119	1 745	4 874	6 746
3	5	70	796	735	1 606
4	7	107	753	411	1 278
5	18	148	580	212	958
6	8	92	138	14	252
7	7	79	28	4	118
8	9	30	4	0	43
9	31	25	2	2	60
Certificado	6	72	1 113	7 534	8 725
Total	109	852	6 627	19 125	26 713
	0,4%	3,2%	24,8%	71,6%	100%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Comparando com a estrutura do tecido empresarial português já apresentada no Quadro 2, verifica-se que o peso das grandes empresas é um pouco superior (0,40% vs. 0,09%), enquanto que para o conjunto das outras categorias é ligeiramente inferior (99,60% vs. 99,91%).

Quadro 12 – Distribuição das empresas por dimensão e título habilitante de obras públicas

Classe de habilitações	Grandes Empresas	Médias Empresas	Pequenas Empresas	Micro Empresas	Total
1	9	101	1 362	4 612	6 084
2	6	101	1 344	2 864	4 315
3	5	68	747	618	1 438
4	7	103	725	335	1 170
5	18	144	557	179	898
6	8	89	131	7	235
7	7	79	26	2	114
8	9	30	2	0	41
9	31	25	2	1	59
Total	100	740	4 896	8 618	14 354
Certificado	2	35	361	556	954

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Conclui-se que, em 2018, 94,10% das 14.354 empresas da amostra que são possuidoras de algum título habilitante em obras públicas são microempresas ou pequenas empresas, representando cada grupo, respetivamente, 60,0% e 34,1% do total. As médias e as grandes empresas possuem uma pequena representação de 5,2% e 0,7%, respetivamente.

Quadro 13 – Distribuição das empresas por dimensão e título habilitante de obras particulares

Classe de habilitações	Grandes Empresas	Médias Empresas	Pequenas Empresas	Micro Empresas	Total
1	1	10	124	768	903
2	2	25	432	2 044	2 503
3	0	2	52	119	173
4	0	4	34	77	115
5	0	4	26	33	63
6	0	3	8	7	18
7	0	0	2	2	4
8	0	0	2	0	2
9	0	0	0	1	1
Total	3	48	680	3 051	3 782
Certificado	0	11	199	536	746

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Relativamente às empresas da amostra que são possuidoras de algum título habilitante em obras particulares (3.782), as microempresas e pequenas empresas dominam absolutamente o mercado, representando 98,70% deste, com as microempresas a representarem uns elevadíssimos 80,7%.

2.3. EMPREGABILIDADE DAS EMPRESAS

A análise aos dados destas 26.713 empresas permite também caracterizá-las quanto à empregabilidade que proporcionam. Verifica-se que esta amostra, representante de 55,11% das empresas com NIF português e com pelo menos um título habilitante válido em 31.12.2018, declara ter ao seu serviço 362.339 trabalhadores.

O Quadro 14 indica o número médio de trabalhadores por empresa, em função da sua dimensão e do título habilitante que possui, assim como, na última coluna, o número médio de trabalhadores por empresa com alvará de construção, tendo em consideração a sua dimensão.

Quadro 14 – Média de trabalhadores, por dimensão da empresa e título habilitante

Dimensão da Empresa	Título Habilitante										Todas
	Certificado	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	
Grande	1387	378	650	539	1232	1352	510	470	452	714	794
Média	91	83	81	88	80	83	82	93	116	133	87
Pequena	17	17	18	19	21	22	27	32	23	21	19
Micro	4	4	4	5	5	5	4	4	0	4	4
Total	7	9	10	17	27	53	61	98	178	425	14

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Da análise dos dados, constata-se que o número médio de trabalhadores por empresa está diretamente relacionado com a dimensão da empresa e com a classe do título habilitante de que é detentora. Isto significa que quanto maior a empresa e mais elevado for o título habilitante, maior o número médio de trabalhadores.

2.4. REQUISITOS LEGAIS

A atual Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, determina que a capacidade económica e financeira das empresas de construção é avaliada através dos valores de Capital Próprio e de rácios relativos ao equilíbrio financeiro, mediante consulta à Informação Empresarial Simplificada (IES), tendo em conta os indicadores de Liquidez Geral e de Autonomia Financeira.

Assim, as empresas detentoras de alvará de construção, com contabilidade organizada, devem cumprir requisitos mínimos em função do valor do Capital Próprio, e dos indicadores de Liquidez Geral e Autonomia Financeira.

Nos três próximos pontos irá dar-se seguimento à análise da situação das 26.713 empresas da amostra quanto ao cumprimento destes indicadores assim como da tendência que apresentam entre os anos de 2015 e 2018. Dado o facto de estes indicadores constituírem, também, requisitos legais, a análise será mais pormenorizada, tendo em consideração o tipo de obra, a classe do título habilitante e, em alguns casos, a região (NUTS II) onde está constituída a empresa.

Nota para o facto da análise feita de forma detalhada por tipo de título habilitante não corresponder no seu somatório ao número total de empresas em estudo. **Esta situação ocorre pelo facto de uma empresa poder ser detentora de mais do que um título habilitante.**

2.4.1. CAPITAL PRÓPRIO¹

O *Capital Próprio* é um conceito contabilístico que corresponde à situação líquida de uma empresa, isto é, à diferença entre os seus ativos (conjunto de todos os bens e direitos) e os seus passivos (obrigações financeiras perante terceiros), expressando o valor contabilístico da empresa.

Segundo o n.º 1 do artigo 11.º da Lei referida anteriormente, “*As empresas que pretendam realizar obras classificadas em classe superior à classe 2 devem demonstrar que o valor do seu capital próprio é igual ou superior a 10 % do valor limite da maior das classes em que se enquadram as obras pretendidas, ou, no caso de alguma das obras pretendidas se enquadrar na classe mais elevada prevista na portaria referida no n.º 2 do artigo 6.º, que o referido valor é igual ou superior a 20 % do valor limite da classe anterior.*”

As empresas têm, então, que cumprir mínimos de Capital Próprio conforme a classe de alvará requerida pela obra a realizar. O Quadro 15 identifica os valores mínimos e os incumprimentos detetados em 2018.

¹ Capital Próprio = Total do Ativo – Total do Passivo

Quadro 15 – Valores mínimos de Capital Próprio e taxa de incumprimento

Classe máxima de habilitações	Valor mínimo de Capital Próprio (€)	Incumprimento	
		Nº	%
3	66 400 €	169	10,5%
4	132 800 €	136	10,6%
5	265 600 €	86	9,0%
6	531 200 €	16	6,3%
7	1 062 400 €	9	7,6%
8	1 660 000 €	5	11,6%
9	3 320 000 €	6	10,0%
Total		427	9,9%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Pode-se verificar que o número de empresas incumpridoras é decrescente à medida que a classe de alvará aumenta, obtendo-se, em termos gerais, uma taxa de 9,9% de incumprimento em relação ao conjunto das empresas detentoras de alvarás da classe 3 à classe 9.

Tomando em consideração o facto de já se ter estabelecido uma correlação entre a dimensão das empresas e a classe e tipo de alvará que possuem, será expectável que numa análise ao incumprimento do requisito por parte das empresas com alvará em obras públicas e em obras particulares, separadamente, se encontrem diferenças penalizadoras para estas últimas. Na realidade, é isso que se pode observar no Quadro 16, onde as empresas da amostra possuidoras de alvarás em obras particulares têm uma taxa de incumprimento de 17,6%, superior ao valor das empresas com alvarás em obras públicas (9,1%).

Quadro 16 – Incumprimento do valor de Capital Próprio por tipo de alvará

Classe de habilitações	Incumprimento das Empresas			
	c/ Alvará de O. Públicas		c/ Alvará de O. Particulares	
	Nº	%	Nº	%
3	135	9,4%	34	19,7%
4	116	9,9%	20	17,4%
5	80	8,9%	6	9,5%
6	13	5,5%	3	16,7%
7	7	6,1%	2	50,0%
8	5	12,2%	0	0,0%
9	5	8,5%	1	100,0%
Total	361	9,1%	66	17,6%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

2.4.2. LIQUIDEZ GERAL²

O rácio de *Liquidez Geral* é um rácio financeiro que mede a capacidade dum empresa fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste de solvabilidade de curto prazo. É desejável que o rácio ultrapasse pelo menos o valor de 100%, significando que a empresa

² Liquidez Geral = $\frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$

tem ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo. Quanto menor é o valor, maior é a vulnerabilidade da empresa.

Em 2018, este requisito foi cumprido pela maioria das empresas, tendo sido apresentado, em 75% dos casos analisados, uma *Liquidez Geral* superior a 126%, valor idêntico ao verificado em 2017.

Quadro 17 – Liquidez Geral das empresas da amostra

Título Habilitante	Certificado	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total	Tendência [2015-2018]
Nº de Empresas	8664	6903	6718	1602	1276	957	252	118	43	60	26593	
Quartil Superior	417%	406%	344%	357%	378%	320%	234%	235%	181%	197%	380%	
Mediana	213%	211%	182%	201%	199%	188%	166%	161%	142%	147%	200%	
Quartil Inferior	125%	130%	119%	136%	140%	130%	132%	126%	111%	119%	126%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Os valores mais baixos verificaram-se, maioritariamente, nas empresas de classe 8 e 9. Em termos nacionais, e comparativamente com o ano anterior, as empresas apresentam rácios semelhantes.

Tendo em consideração a origem geográfica das empresas, é possível verificar se o comportamento do rácio é, ou não, uniforme a nível nacional. O Quadro 18 mostra os valores de *Liquidez Geral* tendo em conta a região onde as empresas estão registadas, usando para o efeito a nomenclatura NUTS II.

Quadro 18 – Liquidez Geral por Regiões (NUTS II)

Título Habilitante	Alentejo	Algarve	Centro	AM Lisboa	Norte	Madeira	Açores	Total
Nº de Empresas	747	1455	4966	8367	10146	563	349	26593
Quartil Superior	469%	406%	355%	436%	355%	444%	294%	380%
Mediana	210%	208%	197%	209%	195%	182%	178%	200%
Quartil Inferior	125%	124%	129%	126%	127%	121%	118%	126%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

A partir do quadro anterior verifica-se que o Alentejo é a região que apresenta os valores mais elevados de *Liquidez Geral*, em contraponto com a região dos Açores, que exhibe os valores mais baixos deste indicador.

Interessa igualmente saber como este indicador se comporta, individualmente, para as empresas que têm alvará em obras públicas e em obras particulares. Assim sendo, obtiveram-se os valores constantes dos Quadros 19 e 20.

Quadro 19 – Liquidez Geral das empresas com habilitação em obras públicas

Título Habilitante	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total
Nº de Empresas	6066	4299	1435	1169	898	235	114	41	59	14316
Quartil Superior	413%	352%	352%	363%	304%	231%	221%	179%	192%	368%
Mediana	216%	190%	197%	194%	184%	163%	159%	140%	144%	198%
Quartil Inferior	132%	126%	134%	139%	129%	132%	125%	109%	118%	131%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Quadro 20 – Liquidez Geral das empresas com habilitação em obras particulares

Título Habilitante	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total
Nº de Empresas	897	2491	172	114	62	18	4	2	1	3761
Quartil Superior	366%	321%	487%	579%	591%	454%	13725%	-	-	350%
Mediana	178%	166%	241%	258%	338%	223%	381%	230%	10740%	176%
Quartil Inferior	112%	107%	146%	158%	163%	128%	208%	-	-	112%

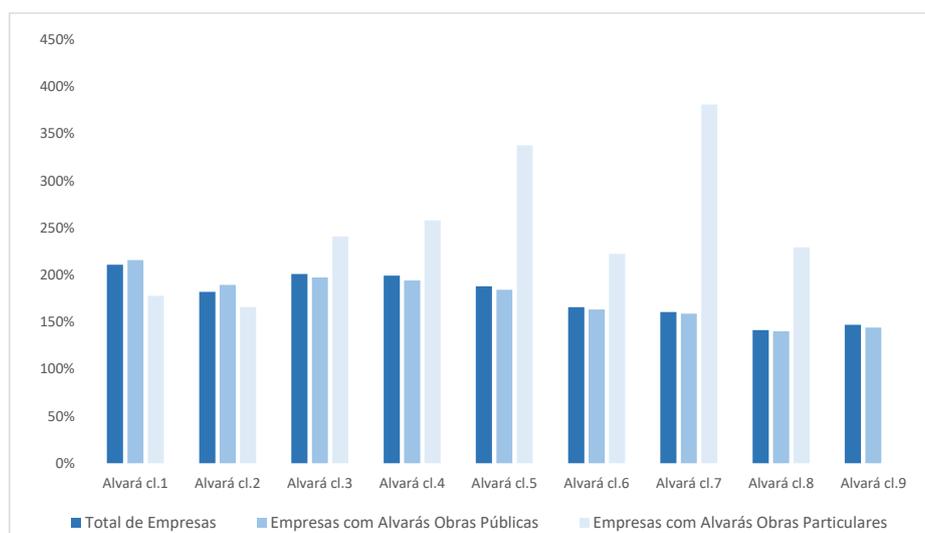
Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Nas empresas com títulos habilitantes de obras públicas, os valores mais baixos do indicador verificaram-se, maioritariamente, nas empresas de classe 8, que apresentaram um quartil inferior de 109%, uma mediana de 140% e um quartil superior de 179%.

Nas empresas com títulos habilitantes de obras particulares, verifica-se que são as empresas com título habilitante de classe 2 as que apresentaram os valores mais baixos deste indicador.

Por comparação com as empresas com alvará de obras públicas, as maiores diferenças encontram-se no quartil superior das empresas com alvarás das classes 4 a 7, facto a que os poucos representantes de empresas com alvarás de obras particulares nestas classes não será alheio. De resto, face à caracterização de umas e de outras empresas, a diferença entre os resultados gerais é a expectável.

Gráfico 5 – Liquidez Geral (mediana) por título habilitante



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O Quadro 21 permite uma análise das empresas que não conseguem apresentar um valor mínimo desejável de *Liquidez Geral* de, pelo menos, 100%, em função do título habilitante.

Quadro 21 – Liquidez Geral das empresas, por título habilitante

Classe máxima de habilitações	Nº de empresas			Empresas Incumpridoras %
	Amostra	Liquidez >= 100%	Liquidez < 100%	
Certificado	8664	7292	1372	-
1	6903	6000	903	-
2	6718	5710	1008	-
3	1602	1474	128	8,0%
4	1276	1182	94	7,4%
5	957	898	59	6,2%
6	252	243	9	3,6%
7	118	110	8	6,8%
8	43	39	4	9,3%
9	60	53	7	11,7%
Total	26593	23001	3592	13,5%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Assim, verifica-se que, das 26.593 empresas da amostra com informação disponível quanto a este indicador, 3.592 (13,5% da amostra analisada) possuem uma *Liquidez Geral* inferior a 100%. A percentagem de empresas nesta situação mantendo a mesma ordem de grandeza do ano anterior.

Também é possível ver que a percentagem de empresas incumpridoras do indicador decresce à medida que sobe a classe de alvará, com a exceção das empresas com alvarás de classe 9. De igual forma, é possível verificar que, à exceção das empresas com alvarás de classe 6, existe uma tendência para o agravamento da situação em relação ao ano anterior.

No entanto, estes são valores obtidos para todas as empresas com títulos habilitantes de construção, inclusivamente para aquelas com os títulos habilitantes inferiores à classe 3 de alvará, casos em que tal requisito não necessita ser cumprido, pois, do ponto de vista legal, apenas as empresas com classe de alvará superior a 2 estão obrigadas ao cumprimento de um rácio de *Liquidez Geral* de, pelo menos, 100%. Se considerarmos apenas estas, o Quadro 21 indica que 285 de um total de 3.951 empresas com alvarás de classe 3 ou superior apresentam uma *Liquidez Geral* inferior a 100%, o que se traduz numa taxa de incumprimento de 7,2%. Interessa, pois, efetuar uma análise mais detalhada às empresas, efetivamente, incumpridoras, por tipo de obra e habilitação, olhando para o Quadro 22.

Quadro 22 – Incumprimento do rácio de Liquidez Geral

Classe de habilitações	Incumprimento das Empresas			
	Com Alvará de Obras Públicas		Com Alvará de Obras Particulares	
	Nº	%	Nº	%
3	115	8,0%	13	7,6%
4	84	7,2%	10	8,8%
5	58	6,5%	1	1,6%
6	9	3,8%	0	0,0%
7	8	7,0%	0	0,0%
8	4	9,8%	0	0,0%
9	7	11,9%	0	0,0%
Total	285	7,2%	24	6,4%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Mais uma vez, sem surpresa, tomando em consideração o facto de já se ter estabelecido uma correlação entre a dimensão das empresas e a classe e tipo de alvará que possuem, o incumprimento do requisito de *Liquidez Geral* diminui à medida que a classe habilitante aumenta, com a já referida exceção das empresas com classe de alvará 9. Pela mesma razão, o incumprimento por parte das empresas com alvará em obras particulares é mais frequente, em termos relativos. No entanto, é de sublinhar que nenhuma das empresas da amostra com classe superior a 5 neste tipo de alvará, se encontrava incumpridora deste requisito legal, no final de 2018.

2.4.3. AUTONOMIA FINANCEIRA³

O rácio de *Autonomia Financeira* indica a capacidade de uma empresa fazer face aos seus compromissos financeiros através dos seus capitais próprios. De uma forma geral, quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira da empresa; quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade. Um valor aceitável para a generalidade das empresas situa-se entre os 30% e os 60%, apesar da exigência legal para obter um título habilitante do setor da construção ser menor.

Em 2018, este requisito foi cumprido pela maioria das empresas, tendo sido apresentado, em 50% dos casos analisados, uma *Autonomia Financeira* superior a 36%.

Quadro 23 – Autonomia Financeira por Classes

Título Habilitante	Certificado	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total	Tendência [2015-2018]
Nº de Empresas	8719	6926	6744	1606	1278	958	252	118	43	60	26704	
Quartil Superior	60%	60%	53%	60%	61%	61%	59%	56%	49%	52%	59%	
Mediana	36%	37%	30%	40%	42%	42%	41%	40%	35%	35%	36%	
Quartil Inferior	14%	17%	12%	24%	26%	28%	27%	27%	16%	20%	16%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Em 2018, no total das empresas da amostra, foram contabilizados índices de *Autonomia Financeira* de valor superior ao dos anos anteriores. Tal como em 2017, são as empresas das classes de alvará (3 a 7) que apresentam os melhores rácios. Os valores mais baixos verificaram-se nas empresas com certificados e com alvarás de classe 2 e 8, a primeira a apresentar o menor valor para o quartil inferior da amostra, 12%, e a classe 8 a apresentar o menor valor para o quartil superior, 49%.

Considerando a origem geográfica das empresas, é possível verificar se o comportamento do rácio é, ou não, uniforme a nível nacional. O Quadro 24 mostra os valores de *Autonomia Financeira* tendo em conta a região onde as empresas estão registadas.

³ Autonomia Financeira = $\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Ativo Líquido}}$

Quadro 24 – Autonomia Financeira por Regiões (NUTS II)

Título Habilitante	Alentejo	Algarve	Centro	AM Lisboa	Norte	Madeira	Açores	Total
Nº de Empresas	754	1460	4976	8414	10182	567	351	26704
Quartil Superior	66%	64%	58%	61%	55%	61%	60%	59%
Mediana	37%	40%	37%	37%	33%	36%	36%	36%
Quartil Inferior	16%	16%	18%	16%	15%	14%	15%	16%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Uma primeira análise aos valores apresentados por região permite observar que não se afastam significativamente dos valores nacionais.

A região do Alentejo apresenta o valor mais elevado de *Autonomia Financeira* no quartil superior e a região do Algarve apresenta a mediana mais elevada. A região Centro apresenta o valor para o quartil inferior mais alto.

À semelhança do ano anterior, a região da Madeira apresenta o valor mais baixo para o quartil inferior. A região Norte tem o pior valor para os quartis mediano e superior, tal como em 2017. De salientar que a região Norte é a que, em termos gerais, apresenta os piores valores de *Autonomia Financeira*, desde 2015.

Interessa igualmente saber como este indicador se comporta, individualmente, para as empresas que têm alvará em obras públicas e em obras particulares. Assim sendo, obtiveram-se os valores constantes dos Quadros 25 e 26.

Quadro 25 – Autonomia Financeira das empresas com habilitação em obras públicas

Título Habilitante	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total
Nº de Empresas	6084	4315	1438	1170	898	235	114	41	59	14354
Quartil Superior	61%	55%	60%	61%	61%	59%	54%	47%	52%	59%
Mediana	38%	34%	40%	42%	42%	41%	40%	35%	34%	38%
Quartil Inferior	18%	16%	25%	26%	28%	28%	26%	16%	20%	20%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Quadro 26 – Autonomia Financeira das empresas com habilitação em obras particulares

Título Habilitante	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total
Nº de Empresas	902	2501	173	115	63	18	4	2	1	3779
Quartil Superior	50%	46%	61%	63%	61%	65%	93%	-	-	50%
Mediana	27%	23%	40%	45%	38%	37%	64%	58%	52%	25%
Quartil Inferior	9%	6%	20%	24%	25%	18%	44%	-	-	8%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

De uma forma geral, as empresas detentoras de títulos habilitantes em obras públicas mantiveram os valores da *Autonomia Financeira*, face ao observado em 2017.

Os valores mais baixos para o quartil inferior verificaram-se nas empresas com alvarás de classe 1, 2 e 8, que apresentaram um rácio de *Autonomia Financeira* entre 16% e 18%. No que diz respeito à mediana, o valor mais baixo aparece junto das empresas detentoras de alvarás de classe 2 e 9, com

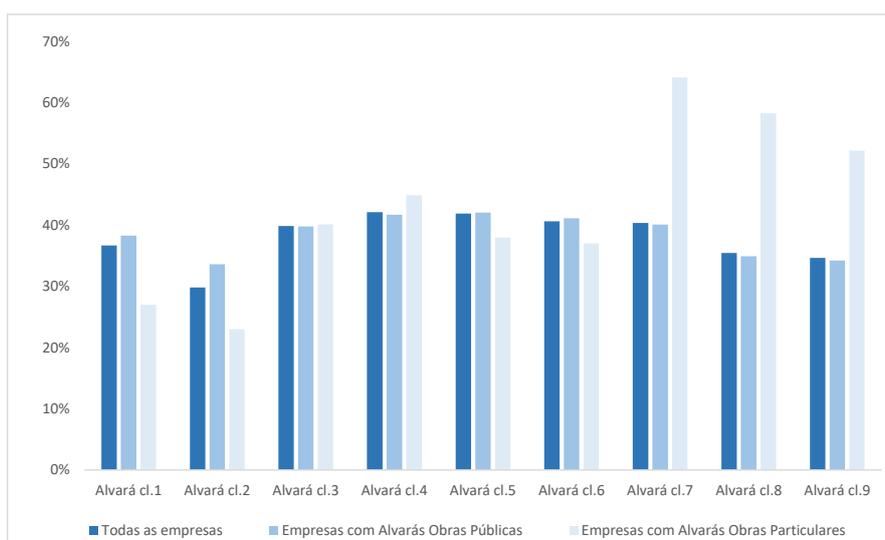
34%. O quartil superior apresenta os valores mais baixos nas empresas detentoras de alvarás de classe 8 e 9, com 47% e 52%, respetivamente.

Face aos valores apresentados, pode-se concluir que as empresas detentoras de alvarás de construção de obras públicas das classes 3 a 5 são aquelas que apresentam maior estabilidade financeira. Já nas empresas com títulos habilitantes de obras particulares, verifica-se uma tendência, mesmo que marginal, para a melhoria dos resultados em todos os quartis.

Comparativamente a 2016, no cômputo geral, a *Autonomia Financeira* das empresas melhora ligeiramente ao nível da mediana e do quartil inferior. Os valores deste indicador apresentam grande amplitude, com subidas e descidas ao longo das classes de alvará, embora de forma menos pronunciada relativamente ao comportamento do ano anterior. O que não muda relativamente a 2016 é o facto de as empresas com alvarás de construção em obras particulares de classe 2 serem aquelas que têm o pior desempenho neste rácio.

A comparação das empresas com alvará de obras públicas com as empresas com alvará de obras particulares está visualmente disponível no Gráfico 6. Ambas apresentam maior estabilidade financeira ao possuírem alvarás de classe 3 e superiores.

Gráfico 6 – Autonomia Financeira (mediana) por título habilitante



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

A *Autonomia Financeira* é outro dos indicadores exigidos para efeitos de permanência na atividade, para as empresas de classe superior à 2 que deve ser de, pelo menos, 5%, consoante o estipulado na Portaria nº 274/2011, de 26/09.

Quadro 27 – Autonomia Financeira das empresas, por título habilitante

Classe máxima de habilitações	Nº de empresas			Empresas Incumpridoras %
	Amostra	Autonomia Financeira >= 5%	Autonomia Financeira < 5%	
Certificado	8719	7197	1522	-
1	6926	6005	921	-
2	6744	5674	1070	-
3	1606	1519	87	5,4%
4	1278	1211	67	5,2%
5	958	929	29	3,0%
6	252	246	6	2,4%
7	118	115	3	2,5%
8	43	39	4	9,3%
9	60	55	5	8,3%
Total	26704	22990	3714	13,9%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O Quadro 27 permite uma análise das empresas que não conseguem apresentar um valor de *Autonomia Financeira* de, pelo menos, 5%, em função do título habilitante.

Assim, é entre as empresas com os títulos habilitantes dentro das classes 5 e 7 que se verificam menos empresas incumpridoras. Esta percentagem é maior entre as empresas com classe de alvará mais elevada.

Interessa, pois, efetuar uma análise mais minuciosa às empresas, efetivamente, incumpridoras, por tipo de obra e habilitação, olhando para o Quadro 28.

Quadro 28 – Incumprimento do rácio de Autonomia Financeira

Classe de habilitações	Incumprimento das Empresas			
	Com Alvará de Obras Públicas		Com Alvará de Obras Particulares	
	Nº	%	Nº	%
3	70	4,9%	17	9,8%
4	58	5,0%	9	7,8%
5	28	3,1%	1	1,6%
6	6	2,6%	0	0,0%
7	3	2,6%	0	0,0%
8	4	9,8%	0	0,0%
9	5	8,5%	0	0,0%
Total	174	4,4%	27	7,2%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Nele, pode-se constatar que 174 de um total de 3.955 empresas com alvarás de obras públicas de classe 3 ou superior apresentam uma *Autonomia Financeira* inferior a 5%, o que se traduz numa taxa de incumprimento de 4,40%. Nota para que, caso das classes intermédias de habilitação, o incumprimento do valor mínimo para o rácio de *Autonomia Financeira* é menor. Comparativamente com os dois tipos de obra, as empresas de obras públicas têm menores percentagens de incumprimentos nas classes 3 e 4, mas maiores percentagens na classe 5. Sendo de sublinhar que nenhuma das empresas da amostra com alvará em obras particulares de classe superior a 5 se encontrava incumpridora deste requisito legal no final de 2018.

2.5. OUTROS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

De forma a tornar mais sólida a análise da situação económico-financeira das empresas do setor da construção, foram calculados outros indicadores, para além dos legalmente monitorizados. Assim, no campo dos indicadores financeiros calcularam-se a Liquidez Reduzida, a Cobertura do Ativo Não Corrente, a Solvabilidade, o Endividamento e a Estrutura do Endividamento; no campo dos indicadores económicos, calcularam-se o Resultado Líquido do Exercício, a Rentabilidade do Capital Próprio, a Rentabilidade do Ativo, o Volume de Negócios, a Rotação do Ativo, a Rentabilidade das Vendas e a Margem EBITDA.

2.5.1. INDICADORES FINANCEIROS

Foram, portanto, calculados 5 indicadores financeiros complementares, a saber:

- i. *Liquidez Reduzida*⁴ – Mede a capacidade da empresa de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo com liquidez proveniente dos seus ativos líquidos, mas de uma forma mais exigente do que no rácio de liquidez geral, ou seja, assumindo que as existências (stocks de matérias-primas e produtos intermédios e acabados) serão difíceis de converter em dinheiro rapidamente, ou pelo valor que constam no balanço.
- ii. *Cobertura do Ativo Não Corrente*⁵ – Indica em que medida os investimentos são financiados por capitais estáveis (capitais próprios e passivo não corrente). Este rácio, conhecido por regra do equilíbrio financeiro mínimo, deve ser igual ou superior a 100%, isto é, os capitais próprios e o passivo não corrente devem, no mínimo, ser iguais ao montante do ativo não corrente.
- iii. *Solvabilidade*⁶ – Traduz a capacidade de uma empresa satisfazer e assumir compromissos, a médio e longo prazo, por recurso à sua estrutura de capitais próprios. A gestão deste rácio é importante por forma a não colocar em causa a continuidade da empresa no médio/ longo prazo. A solvabilidade de uma empresa será tanto maior quanto maior for o valor deste rácio; um valor muito baixo pode indiciar uma fraca viabilidade da empresa no futuro e é sinónimo de uma elevada fragilidade económico-financeira.
- iv. *Endividamento*⁷ – Mede a extensão com que a empresa utiliza capital alheio para financiar as suas atividades. Quando o grau de endividamento é muito elevado, ou seja, quando a empresa se endivida em excesso, arrisca-se a que os credores ganhem influência na gestão. Adicionalmente, os credores, apercebendo-se do maior nível de risco a que se expõem quando financiam a empresa, exigem taxas de juro mais elevadas e levantam mais obstáculos à concessão de crédito. Este indicador deve ser lido em conjunto com o seguinte, sendo que, quanto mais elevados, maior a gravidade da situação da empresa, pois a dependência de capitais alheios é tanto mais grave quanto mais de curto prazo sejam os compromissos.

⁴ Liquidez Reduzida = $\frac{\text{Ativo Corrente} - \text{Inventários}}{\text{Passivo Corrente}}$

⁵ Cobertura do Ativo Não Corrente = $\frac{\text{Capital Próprio} + \text{Passivo Não Corrente}}{\text{Ativo Não Corrente}}$

⁶ Solvabilidade = $\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total do Passivo}}$

⁷ Endividamento = $\frac{\text{Total do Passivo}}{\text{Total do Ativo}}$

- v. *Estrutura do Endividamento*⁸ – Traduz a parcela do passivo exigível a curto prazo relativamente ao endividamento total. Um valor elevado deste rácio indica maiores riscos de dificuldades de tesouraria para as empresas.

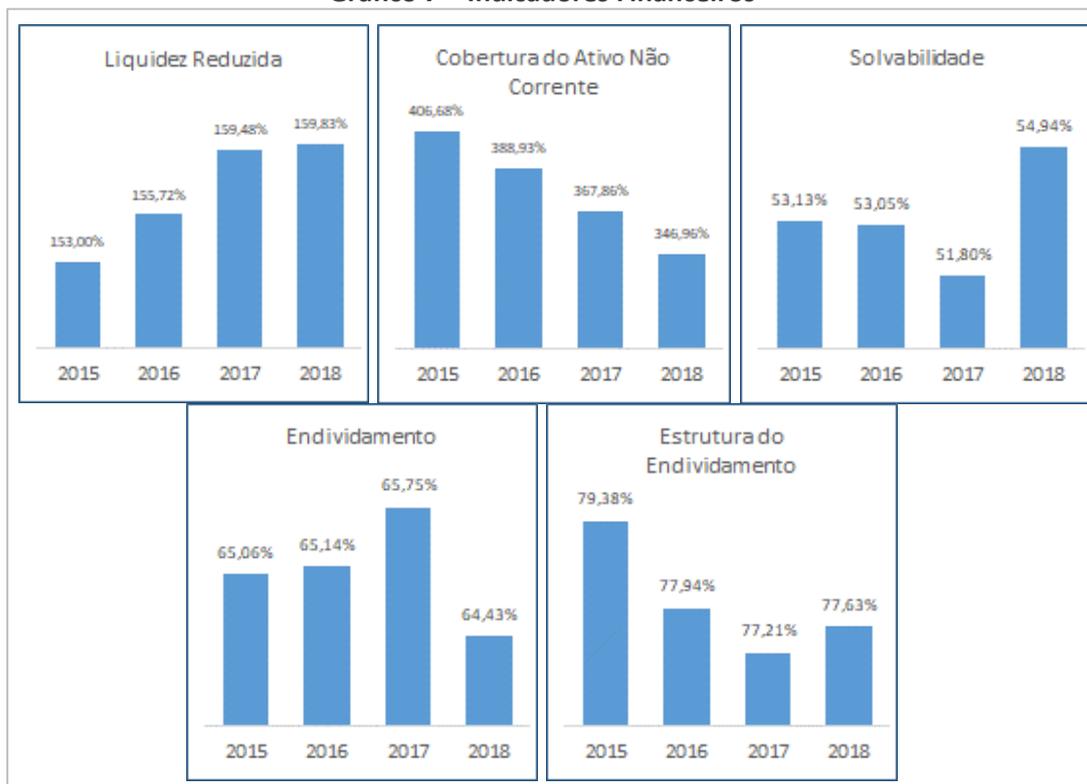
Todos os rácios apresentados no Quadro 29 e no Gráfico 7 têm por base os valores apurados para a totalidade das empresas da amostra de cada ano – não necessariamente as mesmas empresas –, com títulos habilitantes em cada tipo de obra e com informação financeira disponível que permita calcular cada um dos indicadores. O valor é retirado do quartil mediano, o que significa que pelo menos 50% das empresas atingem o valor apresentado.

Quadro 29 – Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros	Empresas com Alvarás de Obras Públicas		Empresas com Alvarás de Obras Particulares		Total de Empresas	
	Valor	Tendência [2016-2018]	Valor	Tendência [2016-2018]	Valor	Tendência [2016-2018]
Liquidez Reduzida	157,44%	↗	136,31%	↗	159,83%	↗
Cobertura do Ativo Não Corrente	365,76%	↘	302,84%	↘	346,96%	↘
Solvabilidade	61,16%	↗	33,61%	↗	54,94%	↗
Endividamento	62,01%	↘	74,63%	↘	64,43%	↘
Estrutura do Endividamento	79,18%	↘	77,44%	↘	77,63%	↘

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Gráfico 7 – Indicadores Financeiros



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

⁸ Estrutura do Endividamento = $\frac{\text{Passivo Corrente}}{\text{Total do Passivo}}$

De uma forma geral, os valores do Quadro 29 e do Gráfico 7 evidenciam alguns aspetos: primeiro, que o setor apresenta valores que se podem considerar, no conjunto, positivos, mesmo que não tenham individualmente igual desempenho; depois, que as empresas com títulos habilitantes de obras públicas apresentam melhores resultados nos indicadores e, portanto, maior solidez financeira comparativamente com as empresas com títulos habilitantes de obras particulares; por último, as tendências evolutivas dos indicadores são, na sua maioria, positivas, o *Endividamento* a descer, embora que discretamente, e a *Cobertura do Ativo Não Corrente* a manter-se num valor muito elevado, apesar da tendência de diminuição.

De uma forma mais pormenorizada, os resultados do Quadro 29 e do Gráfico 7 podem ser interpretados da seguinte forma:

- i. *Liquidez Reduzida* – O valor de referência é 1, ou 100%. Neste caso, a mediana das empresas do setor apresenta um valor mais de 50% superior ao valor de referência, sinónimo de que a maioria das empresas possui a capacidade de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo com liquidez proveniente dos seus ativos líquidos.
- ii. *Cobertura do Ativo Não Corrente* – Este rácio, conhecido por regra do equilíbrio financeiro mínimo, deve ser igual ou superior a 1 (ou 100%), isto é, os capitais próprios e o passivo não corrente devem, no mínimo, ser iguais ao montante do ativo não corrente. Também neste caso, a maioria das empresas do setor apresenta excelentes resultados. Os elevados valores deste indicador em 2018, à semelhança de anos anteriores, revelam que, de uma forma geral, os investimentos das empresas do setor são suportados por um financiamento de médio e longo prazo, à partida mais adequado à recuperação desse mesmo investimento.
- iii. *Solvabilidade* – O valor obtido neste rácio deve ser lido em conjunto com os rácios de *Endividamento* e de *Autonomia Financeira*. Todos eles pretendem aferir da vulnerabilidade das empresas. Também este rácio tem o valor de 1 (ou 100%) como referência. Um valor superior significa que o património da empresa é suficiente para cobrir todas as suas dívidas, enquanto um valor inferior significa que a empresa não tem meios próprios para satisfazer toda a sua dívida. Ora, na nossa amostra verifica-se que cerca de 50% das empresas têm uma solvabilidade superior a 54,94%, valor que embora superior ao dos últimos anos e com uma tendência crescente, não se aproxima da referência e que mostra que, no setor, existe dependência do crédito de modo a fazer face aos compromissos.
- iv. *Endividamento* – Neste rácio, quanto menor o valor obtido, melhor a situação financeira das empresas; quanto maior o valor, mais arriscada esta se torna. O valor apurado significa que a maioria das empresas de construção financia-se em cerca de $\frac{2}{3}$ com capitais alheios, faltando, portanto, capacidade e dimensão financeira às empresas. Ver também as conclusões indissociáveis dos rácios de *Solvabilidade* e de *Autonomia Financeira*.
- v. *Estrutura do Endividamento* – O valor deve ser o mais baixo possível. No ano de 2018, a maioria das empresas do setor continua a ter uma elevada percentagem de passivos de curto prazo. No entanto, face aos excelentes valores apurados de *Liquidez Reduzida*, a situação não parece ser preocupante.

Nota ainda para o facto de, principalmente no caso dos rácios de *Solvabilidade* e de *Endividamento*, ser importante saber quais os valores de referência para o setor, pois existem especificidades setoriais que levam a que estes rácios tenham valores médios muito distintos. Posteriormente,

caberá a cada empresa fazer a sua análise comparativa, de forma a conseguir situar-se relativamente à performance setorial.

Para o ano 2018, o INE divulgou os valores da *Solvabilidade* (44%) (ver Quadro 3) e do *Endividamento* (70%) das empresas pertencentes à Secção F – construção. O primeiro rácio apresenta uma evolução crescente desde 2009. O segundo, um decréscimo desde 2012 (o que é positivo). As empresas constituintes da amostra que está a ser analisada apresentaram, respetivamente, rácios de 54,94% e 64,43% (valores considerados a partir da mediana). A amostra objeto de estudo revela melhores resultados nestes indicadores comparativamente aos números avançados pelo INE. Uma explicação para este facto pode advir de a amostra do IMPIC incidir sobre empresas que têm títulos habilitantes de construção e não necessariamente empresas cuja atividade principal e respetivo CAE sejam do setor, alterando um pouco os resultados finais.

Importa também questionar se são detetáveis variações regionais significativas face aos resultados nacionais dos indicadores financeiros. O Quadro 30 exhibe os resultados obtidos por cada uma das NUTS II.

Quadro 30 – Indicadores Financeiros, por Regiões (NUTS II)

Indicadores Financeiros	Alentejo	Algarve	Centro	AM Lisboa	Norte	Madeira	Açores	Portugal
Liquidez Reduzida	156,39%	155,82%	151,93%	165,93%	160,56%	157,04%	138,08%	159,83%
Cobertura do Ativo Não Corrente	332,75%	344,73%	307,10%	363,39%	362,92%	349,19%	217,60%	346,96%
Solvabilidade	58,69%	66,25%	57,92%	57,98%	49,56%	56,06%	56,23%	54,94%
Endividamento	62,87%	60,10%	63,23%	63,22%	66,74%	63,98%	63,79%	64,43%
Estrutura do Endividamento	76,68%	80,58%	75,62%	80,22%	76,08%	89,85%	79,49%	77,63%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

De facto, da análise do Quadro 30 não se pode evitar a conclusão de que o setor é relativamente homogéneo em Portugal continental, existindo, no entanto, alguns afastamentos mais significativos face à média nacional dos indicadores, que não deixam de ser pontuais. A situação é mais evidente nas regiões autónomas.

A Área Metropolitana de Lisboa e a região do Algarve, são as regiões do continente que de uma forma global apresentam melhores resultados face à média nacional. A região Centro é a que apresenta resultados que mais se afastam dos valores nacionais.

2.5.2. INDICADORES ECONÓMICOS

Foram ainda calculados 7 indicadores económicos complementares, a saber:

- i. *Resultado Líquido do Exercício* – O valor traduz a diferença entre todos os proveitos obtidos pela empresa e todos os custos por ela suportados, durante um determinado exercício económico.

- ii. *Rentabilidade do Capital Próprio*⁹ – Também conhecido por ROE (*Return on Equity*). O indicador reflete a rentabilidade dos recursos investidos pelos sócios ou acionistas da empresa e, em sequência, a capacidade de sobrevivência financeira da empresa a longo prazo e a potencialidade de atrair mais capitais próprios e alheios.
- iii. *Rentabilidade do Ativo*¹⁰ – O rácio transmite a eficiência da aplicação dos ativos e a capacidade destes gerarem resultados. Representa uma medida de avaliação da rentabilidade dos capitais totais investidos na empresa, independentemente se provêm de capitais próprios ou capitais alheios.
- iv. *Volume de Negócios* – É o valor das vendas de cada empresa. Será também utilizado para destacar as 20 maiores empresas detentoras de pelo menos um título habilitante de construção (sejam ou não empresas do setor), as quais serão alvo de uma análise mais pormenorizada.
- v. *Rotação do Ativo*¹¹ – O rácio traduz o grau de eficiência operacional na utilização dos ativos de uma empresa. Por outras palavras, indica o número de vezes em que as vendas de um determinado período superam o montante dos recursos investidos.
- vi. *Rentabilidade das Vendas*¹² – O rácio expressa a percentagem do volume de negócios que consiste em resultado líquido, sendo um indicador que traduz a rentabilidade das empresas.
- vii. *Margem EBITDA*¹³ – EBITDA é um acrónimo de *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* ou, em português, Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização. É, por outras palavras, o Cash-Flow Operacional. Por eliminar os efeitos dos financiamentos e das decisões meramente contabilísticas, a sua utilização pode fornecer uma boa análise comparativa, pois mede a produtividade e a eficiência do negócio. A Margem EBITDA, aqui utilizada, é uma medida da rentabilidade da empresa, mas também da capacidade da empresa em gerar fluxos de caixa (cash-flows) a partir da atividade operacional, sendo um indicador de eficiência, que traduz a capacidade das empresas gerarem lucros a partir do seu negócio.

Todos os números apresentados no Quadro 31 e no Gráfico 9 têm por base os valores apurados para a totalidade das empresas da amostra de cada ano – não necessariamente as mesmas empresas –, com títulos habilitantes em cada tipo de obra e com informação financeira disponível que permita calcular cada um dos indicadores. O valor é retirado do quartil mediano, o que significa que pelo menos 50% das empresas atingem o valor apresentado.

⁹ Rentabilidade do Capital Próprio = $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}}$

¹⁰ Rentabilidade do Ativo = $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Total do Ativo}}$

¹¹ Rotação do Ativo = $\frac{\text{Volume de Negócios}}{\text{Total do Ativo}}$

¹² Rentabilidade das Vendas = $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Volume de Negócios}}$

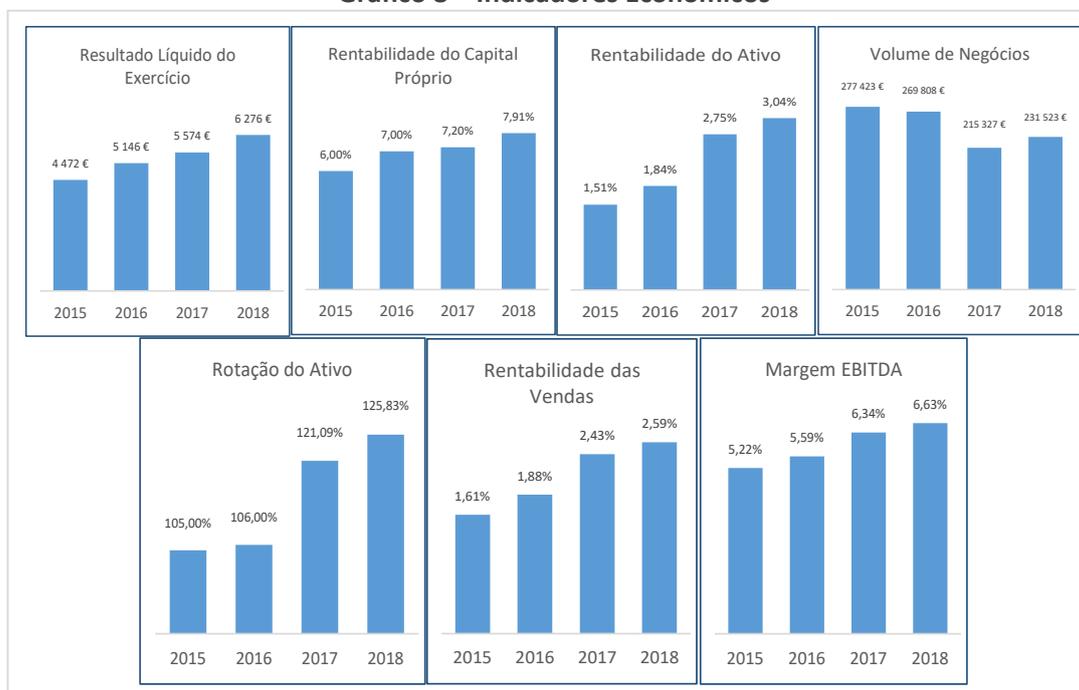
¹³ Margem EBITDA = $\frac{\text{EBITDA}}{\text{Volume de Negócios}}$

Quadro 31 – Indicadores Económicos

Indicadores Económicos	Empresas com Alvarás de Obras Públicas		Empresas com Alvarás de Obras Particulares		Total de Empresas	
	Valor	Tendência [2016-2018]	Valor	Tendência [2016-2018]	Valor	Tendência [2016-2018]
Resultado Líquido do Exercício	8 541 €		4 689 €		6 276 €	
Rentabilidade do Capital Próprio	6,99%		11,26%		7,91%	
Rentabilidade do Ativo	2,63%		3,32%		3,04%	
Volume de Negócios	354 361 €		190 239 €		231 523 €	
Rotação do Ativo	116,55%		154,23%		125,83%	
Rentabilidade das Vendas	2,37%		2,52%		2,59%	
Margem EBITDA	6,28%		6,24%		6,63%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Gráfico 8 – Indicadores Económicos



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Em 2018 verificou-se, na generalidade, uma melhoria dos indicadores económicos das empresas com títulos habilitantes de construção, apresentando estes uma performance melhor do que os indicadores financeiros. O *Volume de Negócios*, que em 2017 tinha apresentado um decréscimo, revelou em 2018 uma tendência de recuperação.

Por tipo de obra, as empresas com habilitação em obras públicas seguem a tendência global (até porque são elas as grandes contribuintes dos números), enquanto as empresas com habilitação em obras particulares se afastam mais desses valores, apresentando inclusivamente um decréscimo de um segundo indicador, a Rentabilidade do Capital Próprio, confirmando a tendência verificada em 2017.

De uma forma mais pormenorizada, os resultados do Quadro 31 e do Gráfico 8 podem ser interpretados da seguinte forma:

- i. *Resultado Líquido do Exercício* – Sendo um número efetivo e não um rácio, não se pode estabelecer um valor de referência para as empresas. Pode, isso sim, para além da sua utilização para calcular os rácios da *Rentabilidade do Capital Próprio*, da *Rentabilidade do Ativo* e da *Rentabilidade das Vendas*, ser feita a sua monitorização numa perspetiva histórica, não só de cada empresa, mas também do setor. E, neste aspeto, quer as empresas com habilitações em obras públicas, quer as empresas com habilitações em obras particulares, demonstram uma evolução positiva, traduzindo-se, na generalidade, num aumento de cerca de 40% face ao valor de 2015. Interessante é, também, fazer uma análise do número de empresas que apresentam resultados negativos, por título habilitante (Quadro 32) e do número de empresas por escalões de resultados (Quadro 33).

Quadro 32 – Número de empresas com Resultado Líquido negativo, por título habilitante

Classe Máxima	Nº de Empresas com RL < 0				Tendência [2015-2018]
	2015	2016	2017	2018	
Certificado	-	-	1997	1703	
1	1916	1621	1314	1237	
2	518	900	1041	1201	
3	370	331	261	237	
4	212	208	202	199	
5	159	169	148	166	
6	41	39	30	32	
7	17	17	8	16	
8	10	8	11	8	
9	21	17	15	13	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O número de empresas com *Resultado Líquido do Exercício* negativo tem apresentado alguma oscilação nos últimos anos. Sem ter em consideração as empresas detentoras em exclusivo de Certificados, observou-se um crescimento discreto em 2016 e novamente em 2018. Se a análise for feita em termos relativos, temos -23% em 2015, -21% em 2016, -19% em 2017 e -18% em 2018, conforme se poderá retirar do Quadro 33.

Quadro 33 – Número de empresas por escalões de Resultado Líquido

Escalão de Resultado Líquido	Nº de Empresas				Tendência [2015-2018]
	2015	2016	2017	2018	
>= 10.000.000	12	16	13	15	
[1.000.000 - 10.000.000[119	126	172	200	
[100.000 - 1.000.000[877	1030	1551	1813	
[10.000 - 100.000[3994	4797	8259	9019	
[0 - 10.000[5782	6445	10902	10854	
[-10.000 - 0[1166	1272	2267	2154	
[-100.000 - -10.000[1626	1612	2166	2292	
[-1.000.000 - -100.000[416	370	327	321	
[-10.000.000 - -1.000.000[48	49	42	41	
< -10.000.000	8	7	6	4	
Total	14048	15724	25705	26713	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

A linha vermelha do quadro anterior marca a divisão entre resultados positivos e negativos. Claramente, as empresas com resultados negativos são em menor número e entre estas, as de escalões de maiores prejuízos apresentam uma tendência decrescente, o que, face ao aumento da amostra, é um resultado duplamente satisfatório.

- ii. *Rentabilidade do Capital Próprio* – Este indicador não tem um valor de referência. É um indicador que pode ser usado a título comparativo com outros negócios ou com os valores obtidos em anos anteriores, e que permite saber se o capital investido está a ter uma rentabilidade adequada ou esperada. Não obstante, não deixa de ser um dos mais importantes rácios de análise, em que, quanto maior o valor, maior a eficiência da empresa a gerar lucros. Perante os dados apresentados no Quadro 31, pode-se concluir que as empresas com títulos habilitantes de obras públicas, apesar de continuarem a apresentar menor eficiência do que as empresas com títulos habilitantes de obras particulares, têm vindo a aumentá-la gradualmente desde 2016, tendo subido desde então 0,9p.p., enquanto as outras viram descer o indicador 6,7 p.p., para cerca de metade do valor.
- iii. *Rentabilidade do Ativo* – Também conhecido por ROA (*Return on Assets*), este rácio também não tem um valor de referência. A forma de leitura é semelhante ao indicador anterior, sendo tanto melhor quanto maior for a percentagem obtida. Da leitura do Quadro 31, constata-se o crescimento sustentado do indicador, quer nas empresas com habilitação a realizar obras públicas, quer naquelas com habilitação a realizar obras particulares, com aumentos de 0,79p.p. e 0,72p.p., respetivamente, nos últimos 3 anos. Apesar da rentabilidade continuar a ser baixa em comparação com outros investimentos, a visualização do comportamento do setor fornecida pelo Gráfico 8 mostra claramente o sentido ascendente do rácio nos últimos 4 anos, o que é extremamente positivo, tendo em conta a crise económica que Portugal atravessou e que afetou sobremaneira o investimento em obras públicas e particulares, embora nestas tenha sido de alguma forma compensado pelas necessidades do setor do turismo.
- iv. *Volume de Negócios* – Sendo, tal como o *Resultado Líquido do Exercício*, um valor efetivo e não um rácio, não se pode estabelecer um valor de referência para as empresas. Pode, isso sim, para além da sua utilização para calcular os rácios da *Rotação do Ativo*, da *Rentabilidade das Vendas* e da *Margem EBITDA*, ser feita a sua monitorização numa perspetiva histórica, não só de cada empresa, mas também do setor. E, neste aspeto, as empresas com habilitações em obras públicas e em obras particulares iniciaram uma tendência crescente no último ano. Globalmente, face ao maior peso das primeiras nos números da amostra, o indicador global apresenta uma diminuição de 7,52% face ao valor do ano anterior.
- v. *Rotação do Ativo* – Também este rácio não tem um valor de referência, devendo fazer-se uma comparação de como o valor está a evoluir anualmente. Tendo por princípio que quanto maior o valor do rácio, maior é a eficiência com que a empresa está a otimizar os recursos e a capacidade instalada, a análise do Quadro 31 mostra que neste aspeto as empresas com habilitação em obras particulares são mais eficientes do que as empresas com habilitação em obras públicas. Após ambas apresentarem tendências positivas em 2017 comparativamente a 2016, no corrente ano foi verificado um ligeiro decréscimo.
- vi. *Rentabilidade das Vendas* – Este rácio segue o padrão dos anteriores rácios de rentabilidade e a sua leitura deve ser efetuada de forma semelhante. Com ele, ficamos a saber qual é a margem total das vendas após os efeitos fiscais, financeiros e de exploração da empresa. Os dados disponibilizados no Quadro 31 demonstram um comportamento semelhante das

empresas com habilitações de construção, quer seja em obras públicas, quer em obras particulares, com melhores resultados, embora marginais, para as segundas. A evolução, desde 2015, tem sido positiva, passando de 1,61% para 2,59%. No entanto, o valor de 2,59% continua a ser extremamente baixo, fácil de inverter a tendência.

- vii. *Margem EBITDA* – Também este é um indicador sem um valor de referência, sendo certo que, quanto mais elevado, mais eficiente é a empresa ou o setor. Há que ter algum cuidado com a utilização deste rácio para avaliar as empresas com um endividamento muito elevado, pois ele não tem em linha de conta o custo do pagamento de juros. Portanto, com a devida ressalva, até porque o rácio de *Endividamento* das empresas alvo desta amostra resultou na conclusão de que a maioria dessas empresas se financia em cerca de $\frac{2}{3}$ com capitais alheios, não deixa de ser positivo que a *Margem EBITDA* venha a apresentar uma tendência de melhoria desde 2015, com um aumento acumulado de 1,41p.p., atingindo, em 2018, 6,63%.

Importa também questionar se são detetáveis variações regionais significativas face aos resultados nacionais dos indicadores económicos. O Quadro 34 exhibe os resultados obtidos por cada uma das NUTS II.

Quadro 34 – Indicadores Económicos, por Regiões (NUTS II)

Indicadores Económicos	Alentejo	Algarve	Centro	AM Lisboa	Norte	Madeira	Açores	Portugal
Resultado Líquido do Exercício	6 574 €	8 955 €	5 975 €	7 320 €	5 423 €	5 823 €	9 073 €	6 276 €
Rentabilidade do Capital Próprio	6,81%	10,30%	7,24%	8,00%	8,10%	5,76%	5,48%	7,91%
Rentabilidade do Ativo	2,91%	4,29%	2,84%	3,36%	2,88%	2,52%	2,66%	3,04%
Volume de Negócios	192 579 €	241 927 €	216 943 €	238 910 €	231 639 €	224 267 €	340 745 €	231 523 €
Rotação do Ativo	105,13%	141,84%	112,61%	128,88%	132,24%	113,31%	110,63%	125,83%
Rentabilidade das Vendas	3,09%	3,38%	2,63%	2,89%	2,29%	2,62%	2,69%	2,59%
Margem EBITDA	7,15%	8,00%	6,94%	7,03%	6,07%	5,94%	6,68%	6,63%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Da análise do Quadro 34 não se pode evitar a conclusão de que o setor é relativamente homogéneo, com a maioria dos rácios a apresentarem desvios face à média nacional de apenas algumas décimas ou centésimas, coexistindo com alguns afastamentos regionais mais significativos, os quais não deixam de ser pontuais. A situação de afastamento, pela negativa, é mais evidente nas regiões autónomas, apesar da Região Autónoma dos Açores apresentar os indicadores com valores absolutos mais altos de Portugal.

A Área metropolitana de Lisboa e a região do Algarve são as que apresentam todos os indicadores com valores acima da média nacional. A Região Autónoma da Madeira é aquela em que, não só os resultados mais se afastam dos totais nacionais, como todos eles ficam abaixo da média nacional. No continente, esse mau desempenho é compartilhado pela região Centro (5 em 7 abaixo da média) e pelas regiões do Norte e do Alentejo (4 em 7).

3. AS 20 MAIORES EMPRESAS EM PORTUGAL COM ATIVIDADE NO SECTOR DA CONSTRUÇÃO

Do conjunto das 26.713 empresas com títulos habilitantes para exercerem atividade no setor da construção para as quais temos informação financeira, foram apuradas as 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios*¹⁴ contabilizado em 2018 (TOP20).

Quadro 35 – TOP 20 em Volume de Negócios

		Empresa	Classe Máxima	Volume de Negócios		% Var. 2018/2017
				2017	2018	
1	→	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.	7	3 215 628 000 €	3 272 929 000 €	1,78%
2	↑	TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	9	313 470 254 €	368 884 178 €	17,68%
3	↑	MOTA-ENGIL- ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	9	289 842 085 €	323 791 829 €	11,71%
4	→	SIEMENS, S.A.	9	299 036 117 €	318 879 913 €	6,64%
5	↑	HUAWEI TECH.PORTUGAL - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	1	179 682 751 €	235 152 778 €	30,87%
6	↑	EFACEC ENERGIA - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, S.A.	7	228 594 824 €	209 453 869 €	-8,37%
7	↑	EFACEC - ENGENHARIA E SISTEMAS, S.A.	9	157 749 990 €	144 040 379 €	-8,69%
8	↑	DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	9	137 436 197 €	140 945 492 €	2,55%
9	↑	AFAVIAS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	9	110 616 296 €	130 798 778 €	18,25%
10	→	CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.	9	140 460 967 €	119 700 251 €	-14,78%
11	↑	PROSEGUR - COMPANHIA DE SEGURANÇA, LDA	5	105 534 013 €	110 537 198 €	4,74%
12	↑	ALVES RIBEIRO, S.A.	9	105 783 766 €	110 393 717 €	4,36%
13	☆	CONSTRUÇÕES GABRIEL A.S.COUTO, S.A.	9	78 142 517 €	106 037 285 €	35,70%
14	↑	SECURITAS - SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA, S.A.	5	102 313 197 €	105 747 587 €	3,36%
15	↑	C.M.E. - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO ELECTROMECÂNICA, S.A.	9	101 366 488 €	103 659 820 €	2,26%
16	☆	MANITOWOC CRANE GROUP PORTUGAL, LDA	1	80 961 208 €	100 523 623 €	24,16%
17	↑	VILA GALÉ - SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.	5	96 283 861 €	99 574 382 €	3,42%
18	☆	SOCIEDADE PORTUGUESA DO AR LÍQUIDO ARLÍQUIDO, LDA	6	89 288 877 €	93 176 708 €	4,35%
19	↓	ERICSSON - TELECOMUNICAÇÕES, LDA	7	101 560 556 €	91 064 098 €	-10,34%
20	☆	CARVOEIRO GOLFE, S.A.	7	48 381 088 €	91 062 738 €	88,22%
Total				5 982 133 052 €	6 276 353 622 €	4,92%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O grupo das 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios* (0,07% das 26.713 empresas analisadas) é constituído exclusivamente por empresas com alvará de construção em obras públicas: 10 empresas com alvará de classe 9, 4 empresas de classe 7, 1 empresa de classe 6, 3 empresas de classe 5 e 2 empresas de classe 1.

No total, estas 20 empresas registaram um valor de *Volume de Negócios* de 6.276.353.622 €, cerca de 4,92% superior ao que estas mesmas empresas tinham apurado no ano anterior, mas 3,91% inferior ao valor do *Volume de Negócios* das TOP20 de 2017 (6.531.834.514 €).

Em termos globais, o *Volume de Negócios* registado pelas 26.713 empresas analisadas em 2018 foi de 30.219.485.157 €, 5,38% superior ao apurado em 2017, ano em que as 25.705 empresas então analisadas registaram um valor de 28.676.942.150 €.

¹⁴ O Volume de Negócios reporta-se a toda a atividade da empresa, e não apenas ao valor afeto à atividade da construção.

No topo da lista das 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios* destaca-se a EDP Comercial. No corrente ano, passaram a fazer parte deste grupo 4 novas empresas, nomeadamente, a Construções Gabriel A S Couto, S.A., a Manitowoc Crane Group Portugal, LDA, a Sociedade Portuguesa do Ar Líquido, Arlíquido, LDA e a Carvoeiro Golfe, S.A. (ver nota de rodapé n.º 14).

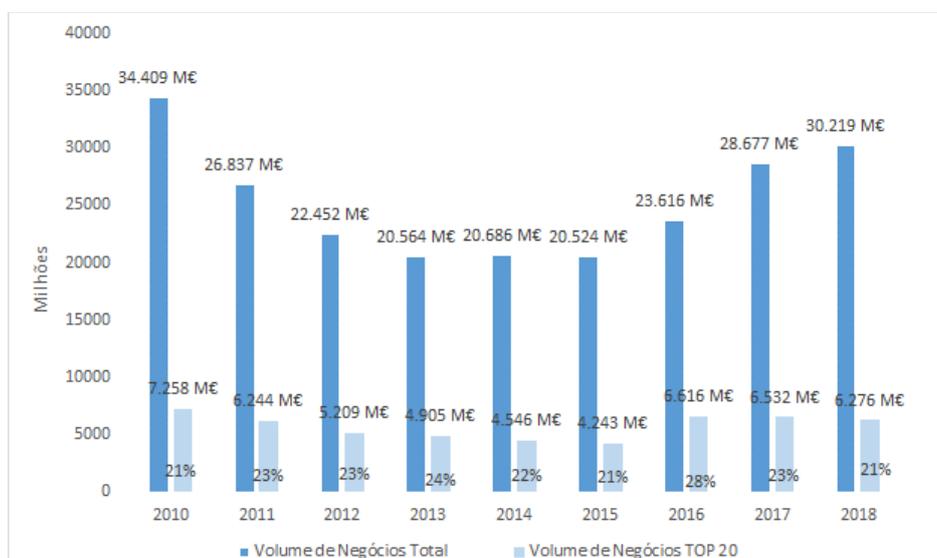
No TOP 20, a empresa com a data de constituição mais antiga – 1922 – é SIEMENS, S.A e a mais recente – 2004 – é a Huawei Tech. Portugal – Tecnologias de Informação, Lda., ambas com sede na região da Área Metropolitana de Lisboa.

No que respeita à distribuição geográfica por NUT II, no TOP 20 existem 11 empresas na região da Área Metropolitana de Lisboa, 7 empresas da região Norte, 1 empresa Região Autónoma da Madeira e 1 empresa na região do Algarve. De referir, também, que 15 empresas assumem a forma jurídica de sociedades anónimas e 5 empresas de sociedades por quotas.

Das 26.713 empresas da amostra, 289 declararam um *Volume de Negócios* igual a zero, no entanto, apresentam 581 empregados. As empresas do TOP 20 declararam 28.903 empregados, o que representa 7,98% do total de empregados declarado pelas empresas da amostra.

O valor do *Volume de Negócios* das empresas do TOP 20 representa 20,77 % do total do valor do *Volume de Negócios* das empresas da amostra. Face ao ano 2017, o peso das empresas TOP 20 diminuiu em 2,01 p.p..

Gráfico 9 – Peso do TOP 20 em termos de Volume de Negócios



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Em termos de evolução anual do *Volume de Negócios* entre 2010 e 2018, visível no Gráfico 9, verificou-se um acentuado decréscimo, na ordem dos 40%, entre os anos de 2010 e 2013, passando dos 34.409 M€ em 2010, para os 20.564 M€ em 2013, tendo-se mantido praticamente a esse nível, até 2015. Desde 2016 que se tem verificado a uma recuperação do indicador, sendo que em o ano 2018 alcançou o valor mais elevado desde 2011.

A evolução do peso relativo do volume de negócios das 20 maiores empresas apresentou alguma estabilidade entre 2010 e 2015, apresentando uma ligeira oscilação entre os 21% e os 24%, sendo o ano de 2016 aquele que apresentou uma maior variação em relação ao ano anterior, isto é, 7% e

também aquele em que o peso relativo do volume de negócios das empresas do TOP 20 foi mais elevado. Em 2018, este indicador apresentou um valor semelhante ao valor de 2010.

Tendo em vista a análise deste subgrupo, foram apurados os indicadores económicos e financeiros das 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios*.

Quadro 36 – Indicadores Financeiros das TOP 20

Indicadores Financeiros	TOP 20	Amostra
Liquidez Geral	141,84% -	199,85%
Autonomia Financeira	34,66% -	35,57%
Liquidez Reduzida	137,72% -	159,83%
Cobertura do Ativo Não Corrente	195,83% -	346,96%
Solvabilidade	53,05% -	54,94%
Endividamento	65,34% -	64,43%
Estrutura do Endividamento	83,95% -	77,63%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Comparando as 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios* com o total das empresas analisadas, verifica-se que as primeiras apresentam pior situação financeira no conjunto dos indicadores financeiros objeto de análise.

Esta situação poderá estar relacionada com o facto de a política de reajustamento económico implementada para fazer face à crise económica e financeira ter sido especialmente severa para as grandes empresas de construção de obras públicas e, não tendo o Estado voltado aos níveis de investimento em obra pública prévios à crise, também as empresas não recuperaram totalmente a sua situação.

Quadro 37 – Indicadores Económicos das TOP 20

Indicadores Económicos	TOP 20	Amostra
Resultado Líquido do Exercício	5 507 368 € +	6 276 €
Rentabilidade do Capital Próprio	8,70% +	7,91%
Rentabilidade do Ativo	3,81% +	3,04%
Volume de Negócios	115 118 725 € +	231 523 €
Rotação do Ativo	87,20% -	125,83%
Rentabilidade das Vendas	3,40% +	2,59%
Margem EBITDA	7,55% +	6,63%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Relativamente aos indicadores económicos, verifica-se que, tal como já havia sucedido em 2017, as 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios*, em comparação com o total das empresas analisadas, apenas apresentam piores resultados relativamente à *Rotação do Ativo*. Factualmente, pode-se concluir que as empresas do TOP 20 são estruturalmente mais eficientes e têm melhor desempenho nos indicadores de rentabilidade.

Comparativamente a 2017, os resultados do TOP 20 verificaram um decréscimo de 17,15% no *Volume de Negócios*. O *Resultado Líquido do Exercício* foi inferior ao verificado em 2017 assim como a *Rentabilidade do Capital Próprio*. Os restantes rácios, apresentam valores melhores comparativamente ao ano anterior.

4. COMPARAÇÃO COM OS INDICADORES DE OUTROS PAÍSES EUROPEUS

Com o objetivo de se elaborar uma análise comparativa da situação económico-financeira das empresas do sector da construção com as suas congéneres europeias, apresenta-se um conjunto de rácios obtidos a partir dos dados disponíveis na base de dados *Bank for the Accounts of Companies Harmonized – BACH*, disponibilizada pelo *Banque de France*.

Os dados correspondem ao valor do quartil mediano da totalidade das empresas registadas no sector da construção de cada país, isto é, abrangem todas as empresas com um CAE referente à atividade de construção, independentemente de serem ou não titulares de um alvará de construção.

A análise desses dados permite identificar as diferenças do sector da construção dos diversos países numa ótica de Gestão Financeira. No entanto, deve ter-se em conta que os valores apresentados correspondem a amostras com níveis de representatividade muito distintos para cada país. O Quadro 38 mostra as diferentes representatividades da amostra face ao universo empresarial com CAE do sector da construção, quer em termos de número de empresas, quer em termos de volume de negócio dessas empresas.

Quadro 38 – Representatividade da amostra por país

País	Número de Empresas	Volume de Negócios
Alemanha	3,2%	28,6%
Espanha	31,0%	n.d.
França	26,2%	81,9%
Itália	100%	100%
Polónia	n.d.	n.d.
Portugal	100%	100%

Fonte: BACH/ Banque de France

É possível verificar que Portugal e Itália têm as empresas com CAE do setor completamente representadas, enquanto Espanha e França têm um pouco mais de ¼ desses agentes económicos, apesar de, no caso francês, os mesmos representarem mais de 80% do volume de negócios do setor. Já no caso da Alemanha, as apenas 3,2% de empresas representadas valem 28,6% dos negócios.

Os dados disponíveis permitiram elaborar o Quadro 39, que apresenta os valores do último ano disponível, assim como a tendência observada no quadriénio 2015 – 2018.

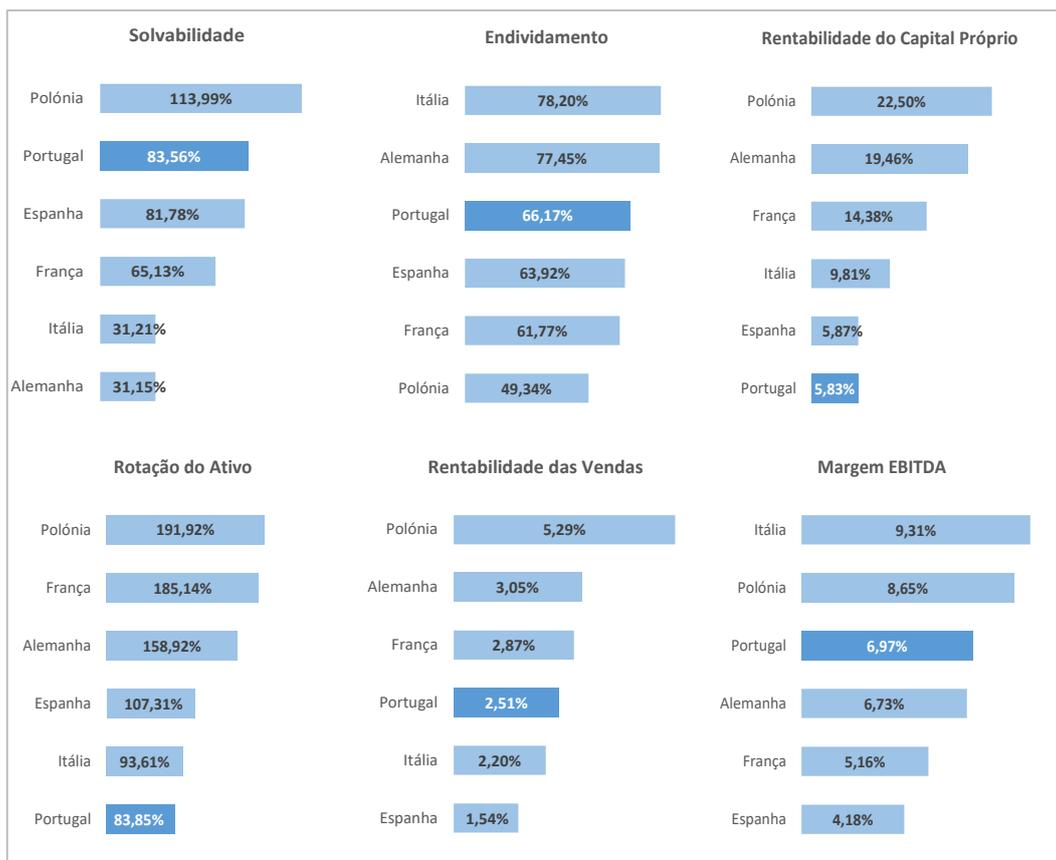
Quadro 39 – Valores medianos dos indicadores económico-financeiros de alguns países europeus

País	Solvabilidade	Endividamento	Rentabilidade do Capital Próprio	Rotação do Ativo	Rentabilidade das Vendas	Margem EBITDA
Alemanha	31,15%	77,45%	19,46%	158,92%	3,05%	6,73%
Espanha	81,78%	63,92%	5,87%	107,31%	1,54%	4,18%
França	65,13%	61,77%	14,38%	185,14%	2,87%	5,16%
Itália	31,21%	78,20%	9,81%	93,61%	2,20%	9,31%
Polónia	113,99%	49,34%	22,50%	191,92%	5,29%	8,65%
Portugal	83,56%	66,17%	5,83%	83,85%	2,51%	6,97%

Fonte: BACH/ Banque de France

O Quadro 39 mostra inequivocamente a boa performance do setor de construção português nos últimos 4 anos, à luz dos dados BACH. De entre os países analisados, Portugal é aquele que apresenta as linhas de tendência de crescimento mais linear, apresentando inclusivamente uma performance melhor que Espanha, o outro país que, a par de Portugal, tem melhorado em todos os indicadores. Os restantes países intercalam anos de crescimento com outros em que tal não acontece (o melhor exemplo é o que acontece com a Polónia) e chegam, inclusivamente, a apresentar indicadores com tendências claras de degradação da sua evolução (por exemplo, a Rotação do Ativo na Alemanha).

Gráfico 10 – Comparativo dos indicadores económico-financeiros de alguns países europeus



Fonte: BACH/ Banque de France

Individualmente, por indicador, o Gráfico 10 permite ter uma melhor perspetiva da posição de Portugal comparativamente aos restantes parceiros europeus.

Nos indicadores *Rotação do Ativo* e *Rentabilidade do Capital Próprio*, Portugal aparece em último lugar. É no rácio de *Solvabilidade* que Portugal ocupa a sua melhor posição, logo a seguir à Polónia. Importa igualmente destacar a posição face ao conjunto de países, no que respeita aos indicadores de *Endividamento* e *Margem EBITDA*, em que Portugal se situa na primeira metade da tabela.

Comparativamente a 2017, Portugal melhora a posição ao nível do *Endividamento* (de 4.º para 3.º posição) e revela pior resultado na *Rentabilidade do Capital Próprio* (de 5.º para 6.º posição), mantendo as mesmas posições nos restantes indicadores.

SÍNTESE

Com vista a uma caracterização genérica das empresas reguladas pelo IMPIC **detentoras de títulos habilitantes em construção**, analisaram-se os dados existentes, quer no IMPIC, quer em bases de dados nacionais e internacionais, relativos ao ano de 2018.

A análise com vista ao enquadramento do **setor da construção em Portugal** e a sua comparação com o ocorrido em termos mundiais e europeus revelou-nos uma recuperação muito abaixo dos valores médios globais. Nos últimos anos, a posição de Portugal tem vindo a oscilar no ranking das maiores empresas de construção da Europa, (GPoc 2018 – Global Powers of Construction – elaborado pela Deloitte). Em 2015, Portugal ocupava a 9ª posição enquanto que em 2018 passou a ocupar a 14ª. Em 2018, Portugal teve apenas 1 empresa representante no TOP 100 mundial.

Ao nível do **tecido empresarial**, as 15.923 empresas detentoras de **Alvará de Obras Públicas** (com 15.755 a terem exclusivamente este tipo de alvará) representam cerca de **79,01%** do total da amostra (20.152), enquanto as 4.397 empresas detentoras de **Alvará de Obras Particulares** (com 4.229 a terem exclusivamente este tipo de alvará) representam cerca de **21,82%**. Já as 168 empresas simultaneamente detentoras de Alvará de Obras Públicas e Particulares representam 0,83% da amostra.

Verificou-se ainda que **mais de 37,96% das empresas se encontram registadas na Região Norte**, região onde as média, pequena e microempresas têm mais peso, com 42,37%, 42,13% e 36,59%, respetivamente, do total nacional. Já a **Área Metropolitana de Lisboa é a que acolhe a maior percentagem de grandes empresas**, com 53,21% do total, seguida da região Norte com 32,11% e da região Centro com 8,26%.

No presente estudo foi considerado o universo de **48.479 entidades com 50.004 títulos habilitantes**. Desse universo, foram identificadas as **26.713 entidades para as quais existe informação financeira**, número que constituiu a amostra trabalhada. Essa amostra é representativa de 55,11% das empresas com NIF português e títulos habilitantes válidos.

Tal como aconteceu em 2017, as **microempresas são dominantes nos certificados**, assim como nas classes 1 e 2 de alvarás; **as PME são predominantes nas classes 3 a 8** (destas, nas classes 3, 4, 5 e 6, são dominantes as pequenas empresas e, nas classes 7 e 8, a preponderância são as médias empresas); **as grandes empresas são maioritárias na classe de habilitações mais elevada** (9).

As empresas da amostra empregam **362.339 trabalhadores**, sendo que a média do número de trabalhadores é tanto mais alta quanto a dimensão da empresa e quanto maior o título habilitante que possui.

A análise da situação económico-financeira foi efetuada tendo em conta vários **indicadores**, desde logo, os definidos por Lei, como são os casos do *Capital Próprio*, da *Liquidez Geral* e da *Autonomia Financeira*. Depois, foram também alvo de análise a *Liquidez Reduzida*, a *Cobertura do Ativo Não Corrente*, a *Solvabilidade*, o *Endividamento*, a *Estrutura de Endividamento*, o *Resultado Líquido do Exercício*, a *Rentabilidade do Capital Próprio*, a *Rentabilidade do Ativo*, o *Volume de Negócios*, a *Rotação do Ativo*, a *Rentabilidade das Vendas* e a *Margem EBITDA*.

No caso da **Liquidez Geral** e da **Autonomia Financeira**, 50% das empresas apresentaram **rácios superiores a 200% e 36%**, respetivamente, valores em linha com os observados nos anos transatos.

No que respeita aos **valores mínimos definidos por Lei** relativamente aos primeiros rácios, verificaram-se os seguintes **incumprimentos**: das empresas da amostra, 9,9% não cumpriam os valores mínimos de *Capital Próprio*, 7,17% não cumpriam o valor mínimo de *Liquidez Geral* e 4,66% não respeitavam o valor mínimo de *Autonomia Financeira*.

A análise ao **conjunto dos indicadores financeiros** (*Liquidez Reduzida*, *Cobertura do Ativo Não Corrente*, *Solvabilidade*, *Endividamento* e *Estrutura de Endividamento*) evidencia alguns aspetos. **O setor apresenta valores que se podem considerar, no conjunto, positivos**, mesmo que não tenham individualmente igual desempenho. As empresas com títulos habilitantes de obras públicas apresentam melhores resultados nos indicadores e, conseqüentemente, maior solidez financeira comparativamente com as empresas com títulos habilitantes de obras particulares. **A evolução dos indicadores tem verificado uma tendência positiva**. A *Liquidez Reduzida* e *Solvabilidade* observaram um crescimento no último ano. O *Endividamento* observou um ligeiro decréscimo enquanto que o valor da *Estrutura do Endividamento* aumentou discretamente. Por último, a *Cobertura do Ativo Não Corrente* tem vindo a manter valores muito elevados, apesar da tendência decrescente dos últimos anos.

Quanto aos **indicadores económicos** (*Resultado Líquido do Exercício*, *Rentabilidade do Capital Próprio*, *Rentabilidade do Ativo*, *Volume de Negócios*, *Rotação do Ativo*, *Rentabilidade das Vendas e Margem EBITDA*), em 2018 verificou-se, para todos uma **melhoria nos valores** relativamente a 2017.

Considerando número de empresas com Resultado Líquido do Exercício negativo, em valor absoluto, verifica-se que tem apresentado alguma oscilação nos últimos anos, tendo, em 2018 observado um ligeiro crescimento. No entanto, se a análise for feita em termos relativos, observa-se uma tendência decrescente, - 21,05% em 2016, -19,56% em 2017 e 18,01% em 2018. Tendo em consideração que o número de empresas constituintes das amostras tem vindo a aumentar, pode concluir-se que este resultado é bastante satisfatório.

As **20 maiores empresas** de construção em termos de *Volume de Negócios* declararam, em 2018, um valor de **Volume de Negócios** superior a **6,2 mil milhões de euros**, o que corresponde a cerca de **21%** do **Volume de Negócios total** registado pelas empresas analisadas, no valor de cerca de **30,2 mil milhões de euros**. Comparativamente a 2017, **os resultados do TOP 20 verificaram um decréscimo** de 17,15% no *Volume de Negócios*. O *Resultado Líquido do Exercício* foi inferior ao verificado em 2017 assim como a *Rentabilidade do Capital Próprio*. Os restantes rácios, apresentam valores melhores comparativamente ao ano anterior.

Na **análise comparativa com os restantes países europeus** de que foi possível dispor de dados, verificou-se que o sector da construção nacional apresenta **níveis médios** de *Endividamento*, *Rentabilidade das Vendas* e *Margem EBITDA*.

No que se refere à *Rentabilidade do Capital Próprio* e à eficiência na utilização do Ativo, expressa pelo indicador *Rotação do Ativo*, Portugal apresenta **dos valores mais baixos entre os países europeus**.

Por outro lado, em Portugal, o sector da construção nacional melhorou a *Solvabilidade*, sendo o **segundo melhor** dos países analisados.